



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

RODRIGO BARBOSA PEREZ PEDROSA

Goj Ta Sa:
histórias de um ex-terminal

Florianópolis
Junho de 2023

Rodrigo Barbosa Perez Pedrosa

**Goj Ta Sa:
histórias de um ex-terminal**

Relatório técnico do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Stefanie Carlan da Silveira

Florianópolis

Junho de 2023

Pedrosa, Rodrigo Barbosa Perez

Goj Ta Sa: histórias de um ex-terminal / Rodrigo Barbosa
Perez Pedrosa ; orientadora, Stefanie Carlan da Silveira, 2023.
61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Casa de Passagem Indígena. 3. documentário.
4. Kaingang. 5. Prefeitura de Florianópolis. I. Silveira,
Stefanie Carlan da. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Jornalismo. III. Título.

AGRADECIMENTOS

À família Barbosa, por todo o amor e apoio.

À professora Stefanie, pela parceria de tantos anos no Cotidiano e pela orientação deste trabalho.

Às professoras Isabel e Melina, pelas atividades do JAC e por aceitarem fazer parte da banca.

Ao camarada Duko Vãgfy, pelo acolhimento no Chimbangue e por ter aceito o desafio de ser a primeira liderança indígena a avaliar uma banca de TCC na história do Jornalismo UFSC. Muitos outros ainda virão.

Aos amigos de Ouro Preto, por terem sido família durante a primeira metade de minha trajetória acadêmica.

A dona Celma, liderança da Serrinha; e Moisés Nascimento, liderança do Mocotó, por terem o coração do tamanho do mundo. Minha experiência em Floripa não seria a mesma sem vocês.

Aos vários companheiros indígenas que fiz durante os últimos seis anos em Florianópolis, por terem iniciado uma nova e maravilhosa fase de minha vida. Agradeço em especial os colegas indígenas do Jornalismo, por serem verdadeiros professores.

À Maloca UFSC, seus antigos e atuais moradores, pela amizade e ensinamentos.

Por fim, mas não menos importante, à comunidade do Goj Ta Sa, pela confiança em me permitir relatar parte de sua luta ao longo dos últimos quatro anos. Seguiremos juntos.

RESUMO

Este relatório descreve o processo de produção e criação do videodocumentário *Goj Ta Sa: histórias de um ex-terminal*, realizado como requisito para conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. O produto relata o cotidiano de uma comunidade do povo indígena Kaingang, que ocupa um terminal rodoviário abandonado em Florianópolis desde o verão de 2016, em condições precárias. Ocupar o espaço foi a maneira encontrada pelos indígenas para reivindicar a construção de um local definitivo para os membros da comunidade que vêm à cidade toda temporada de verão para comercializar artesanatos. O espaço definitivo da Casa de Passagem Indígena de Florianópolis ficaria ao lado da atual ocupação e teve sua construção determinada pela Justiça em setembro de 2017. Apesar disso, a prefeitura de Florianópolis nunca iniciou a obra. Com 30 minutos de duração, o documentário relembra, a partir dos relatos da comunidade Kaingang, os principais acontecimentos desde a ocupação do Terminal de Integração do Saco dos Limões (Tisac), rebatizado pela comunidade de Casa de Passagem *Goj Ta Sa* (água salgada, em Kaingang), até o verão de 2023, bem como retrata parte da rotina do local e a negligência do Poder Público frente à comunidade indígena.

Palavras-chave: Casa de Passagem Indígena, documentário, Kaingang, povos indígenas, Prefeitura de Florianópolis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. JUSTIFICATIVA.....	08
2. OBJETIVOS	11
3. DESENVOLVIMENTO	12
3.1 Contextualização do tema	12
3.1.1 O povo Kaingang	12
3.1.2 Os Kaingang em Florianópolis	14
3.1.3 A Casa de Passagem Indígena de Florianópolis	16
3.1.4 A Casa de Passagem na mídia	18
3.2 Processos de produção	19
3.2.1 Pré-produção	19
3.2.2 Entrevistas e Captação de Imagens	21
3.2.3 Roteirização	25
3.2.4 Edição e finalização	26
4. RECURSOS	27
5. DIFICULDADES E APRENDIZADOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
ROTEIRO	35
ANEXO A - Ficha do TCC	60
ANEXO B - Declaração de autoria e originalidade	61

INTRODUÇÃO

O verão de 2023 marcou o sétimo aniversário da ocupação do Terminal de Integração do Saco dos Limões (Tisac), em Florianópolis, por indígenas do povo Kaingang. A ocupação foi a maneira encontrada pela comunidade para reivindicar mais agilidade no processo de criação da Casa de Passagem Indígena da cidade, cuja construção foi determinada pela Justiça Federal, em 2017. O espaço serviria para abrigar indígenas que vêm à capital catarinense, sobretudo na temporada de verão, para comercializar artesanato tradicional. Atualmente, a maior parte da migração a Florianópolis envolve indígenas do povo Kaingang de toda a região Sul do Brasil, que têm no artesanato fonte de renda primária para sua subsistência.

Durante os sete anos de ocupação, foram várias as determinações judiciais e acordos nunca cumpridos pelo município. A principal delas é a própria construção da Casa, que foi determinada em setembro de 2017 pela Justiça e nunca iniciada. Melhorias na ocupação por parte do Poder Público também foram escassas durante o período. As condições do terminal abandonado já foram definidas como insalubres em várias ocasiões por representantes de diversas instituições envolvidas, como Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Prefeitura de Florianópolis e Ministério Público Federal, além da própria comunidade. A omissão do Poder Público com a comunidade já rendeu uma série de punições para o Executivo municipal, sendo uma das mais recentes uma multa no valor de dez salários mínimos, em novembro de 2022. No pico da temporada de verão, até 300 indígenas compartilham o espaço do antigo terminal.

Acompanho a comunidade e os principais desdobramentos da batalha judicial envolvendo indígenas e prefeitura desde o verão de 2019, quando fotografei uma manifestação que reivindicava a construção da Casa de Passagem em 22 de fevereiro. Desde então, produzi uma série de materiais jornalísticos sobre o tema para os projetos de extensão Cotidiano UFSC e Zero, mantendo contato regular com as principais lideranças da ocupação. “Goj Ta Sa: histórias de um ex-terminal” consolida estes quatro anos de trabalho e visa ampliar o entendimento que se tem acerca do tema proposto, além de ampliar o conhecimento da comunidade em geral sobre o que acontece no local e os desdobramentos junto aos ocupantes do espaço.

1. JUSTIFICATIVA

A escolha desta pauta se dá, inicialmente, por minha proximidade com o tema, uma vez que acompanho a comunidade Kaingang do Tisac e os principais desdobramentos da batalha judicial envolvendo indígenas e prefeitura desde o verão de 2019. O primeiro contato se deu em 22 de fevereiro daquele ano, fotografando uma manifestação que reivindicava a obra, cujo ponto de partida foi o próprio terminal. Durante os últimos quatro anos, produzi uma série de conteúdos jornalísticos acerca do tema, mantendo contato regular com as principais lideranças da ocupação e sendo recorrentemente atualizado dos principais acontecimentos.

Neste caso, tal produção se deu em consonância ao definido por Kaseker e Ota (2023) como um “giro decolonial na comunicação e no jornalismo” (p. 162). As autoras destacam que a atuação de midiativistas têm cada vez mais contribuído para mudanças no contexto comunicacional brasileiro, fazendo com que a visibilidade dos povos tradicionais seja crescente. Carneiro (2019) relata especial pioneirismo dos povos indígenas do Sul neste processo, pontuando o informativo “A Luta Indígena”, produzido por indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng da região Sul, em 1976, como um dos primeiros esboços etnomidiáticos “onde vozes indígenas expressam seus lugares” (p. 132). Veículos como o Portal de Saberes Laklãnõ/Xokleng, a Mídia Nativa On e o Coletivo Olhares Indígenas hoje representam parte do extenso ecossistema comunicacional indígena de nossa região.

Esse processo de visibilidade, entretanto, não precisa ficar confinado à produção das próprias comunidades. Segundo Kaseker e Ota (2023, apud COSTA, 2021), “aos jornalistas compete a função ampliar as visões de mundo, aproximar-se dos povos indígenas, não apenas escutar essas vozes, mas amplificá-las” (p. 164). Dentre os vários aspectos em disputa nesta nova perspectiva comunicacional, a presença do indígena em contexto urbano se faz marcante. Conforme relato de Ailton Krenak a Adriano de Lavor Moreira, os indígenas “estão na universidade, nas fábricas, na cidade, eles não estão mais escondidos no meio do mato. Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato” (p. 6). Esta multiplicidade de ambientes aos quais se faz presente, somada à própria capacidade de articulação do movimento, nos traz um panorama no qual temos indígenas no Congresso Nacional e dentro da estrutura do Executivo Nacional, sobretudo após a criação do Ministério dos Povos Indígenas, em 2023.

Importante pontuar que, mesmo dado o protagonismo ao qual os povos indígenas se alçaram, ainda há uma série de produções jornalísticas, sobretudo de veículos hegemônicos,

que reafirmam estereótipos e pouco contribuem para o entendimento da causa - exemplos destas práticas serão melhor detalhadas ao longo deste trabalho.

O formato de documentário foi escolhido pensando em alguns aspectos. O primeiro deles é relativo à pequena produção audiovisual sobre a Casa de Passagem. Via de regra, este material consiste em reportagens pontuais para telejornais diários, não havendo grande aprofundamento acerca do tema. A produção anteriormente realizada por mim e meus colegas de trabalho tampouco contempla estes aspectos, tendo sido realizada sobretudo nos formatos de fotografia e texto. Neste contexto, um documentário oferece mais espaço para que informações comumente deixadas à margem pelos veículos de mídia possam ganhar espaço.

Em outras palavras, o desejo é justamente saber aquilo que os “valores-notícia” não consideraram relevante para ser veiculado. São informações que ficam à margem, mas que têm um papel decisivo para o enriquecimento da história a ser contada pelo documentário. Seria ingênuo pensar que os documentaristas fazem os filmes para costurar as arestas deixadas pelo jornalismo, mas, indiretamente, eles acabam cumprindo esse papel quando procuram transcender o campo noticioso (Souza, 2009, p. 164).

Além de ser capaz de se comunicar com diferentes públicos em relação àquilo que já foi produzido, o formato de vídeo permite mais fácil compreensão do material pela própria comunidade que é nele retratada. Isto porque boa parte dos Kaingang do Tisac não é alfabetizada em português, sendo necessário sempre um intermediário para que produtos em texto sejam compreendidos por eles. Há compreensão do português oral pela totalidade da comunidade, o que faz do vídeo um formato mais direto para se comunicar com eles. Este é o mesmo motivo pelo qual optou-se centrar a narrativa da história nos próprios indígenas - neste caso, o formato documentário, conforme relatado por Melo *et al* (2001), não demanda a obrigatoriedade de um narrador, em contraponto a uma reportagem em vídeo.

Ademais, trata-se de uma pauta com forte apelo visual. A paisagem do Tisac contrasta cores frias do concreto do terminal com a vividez conferida a ele pela presença dos indígenas, através de roupas, artesanatos e pinturas espalhadas por todo o local.

Dada a extensão temporal e complexidade dos fatos narrados, viu-se no documentário a melhor maneira de retratá-los. Isto porque o formato oferece maior número de informações, com a possibilidade do uso de vídeo, áudio, fotografia e texto num mesmo material. Além disso, de acordo com o teórico de cinema Bill Nichols,

Esses filmes representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos. Tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e a organização realizadas pelo cineasta. Expressam nossa compreensão sobre o que a realidade foi, é e o que

poderá vir a ser. Esses filmes também transmitem verdades, se assim quisermos. Precisamos avaliar suas reivindicações e afirmações, seus pontos de vista e argumentos relativos ao mundo como o conhecemos, e decidir se merecem que acreditemos neles. Os documentários de representação social proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos (Nichols, 2008, p. 26).

Tendo em vista que parte do conteúdo deste material não se trata de verdades absolutas ou científicas, mas relatos e memórias de uma comunidade, privilegiando a verdade dos sujeitos envolvidos, me parece que o formato atende bem às demandas propostas. Por fim, o formato permite a utilização de montagem e retórica para que haja, no produto final, um “posicionamento presente do realizador” (Pinto, 2011, p. 38). Assim, este produto não tem, definitivamente, o objetivo de ser imparcial em relação ao tema proposto, mas sim objetivo. Isto se dá, também, de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹, que diz, em seu artigo 6º e respectivos parágrafos:

"Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

[...]

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

[...]

XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza."

Quanto a seu uso social, o documentário em questão traz uma série de relatos e informações sobre aquela que é atualmente a principal pauta do movimento indígena na cidade de Florianópolis. Igualmente, ajuda a compreender a realidade dos indígenas em contexto urbano, suas tradições e costumes, realidades socioeconômicas e as dificuldades enfrentadas por comunidades vulnerabilizadas no acesso a vários direitos fundamentais. Por ser um trabalho vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, creio que o documentário reafirma a presença de agentes ligados à UFSC na causa da Casa de Passagem Indígena, tendo em vista que estudantes e pesquisadores de outras áreas, como Arquitetura,

¹ https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

Antropologia e Direito, também atuam regularmente no local. Creio que a presença da academia nestas comunidades é fundamental, pois fortalece a rede de apoio e produz conhecimento sobre as mesmas.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Este trabalho buscou desenvolver um videodocumentário que retrata o cotidiano e os contrastes de uma comunidade indígena que vive em condições insalubres no Tisac, o terminal rodoviário abandonado do bairro Saco dos Limões, em Florianópolis.

Objetivos Específicos

- Situar histórica e socioeconomicamente os Kaingang na sociedade brasileira/sulista (pesquisa);
- Levantar o histórico de migração e principais demandas dos Kaingang que migram a Florianópolis (entrevistas/documentos/clipagem);
- Retratar situações cotidianas das famílias do terminal, com destaque para a participação de pelo menos três “setores” da comunidade: crianças, anciãs e lideranças (entrevistas/gravações “espontâneas”);
- Retratar a comercialização de artesanato pelos indígenas em três ambientes diferentes: o próprio terminal, o centro da cidade e ao menos uma praia;
- Expor as principais carências estruturais do terminal atualmente (entrevistas/imagens de cobertura);
- Debater as formas de omissão do Poder Público ao longo do tempo, como descumprimento de decisões judiciais (entrevistas/documentos);

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Contextualização do tema

3.1.1 O povo Kaingang

Os Kaingang formam a terceira maior comunidade indígena do Brasil, sendo composta por mais de 37 mil pessoas (IBGE, 2010)². Este povo está distribuído em 48 territórios reconhecidos, em diferentes estágios de demarcação, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como pontua a antropóloga e liderança indígena Joziléia Kaingang, trata-se de uma comunidade cujos valores, aspectos culturais e organização os diferenciam da sociedade não indígena. No caso dos Kaingang, preconiza-se um modo de viver compartilhado e comunitário, sendo a comunidade dividida em dois grandes grupos complementares, os clãs (ou famílias) Kamé e Kairu.

Em seu artigo “Povos Indígenas e o coronavírus: um olhar Kaingang sobre a pandemia”, a antropóloga ainda destaca que, embora vários valores culturais dos Kaingang ainda sejam presentes nos dias de hoje, devido ao processo colonizador, muitos costumes se perderam com o tempo, assim como um grande número de vidas e de território. O panorama atual mostra que ainda existe uma série de reivindicações territoriais em disputa, além de duras realidades vividas pelos indígenas nas aldeias. De acordo com Kaingang (2020), boa parte dos territórios Kaingang “não dão conta de produzir alimentos suficientes para garantir a segurança alimentar das comunidades” (p.1).

A vulnerabilidade socioeconômica impacta na cultura deste povo e traça o destino de comunidades inteiras. De um modo geral, os Kaingang, em contexto urbano ou rural, foram assimilados pelas principais cadeias econômicas de suas regiões. Merece especial destaque a utilização de mão-de-obra Kaingang nos frigoríficos do Oeste Catarinense e Noroeste Gaúcho, intensificada na década de 2010. Nestas empresas, os indígenas são submetidos a jornadas de trabalho que não apenas se contrapõem ao modo de vida Kaingang, como são “perigosas, estafantes e degradantes” (Stefanuto, 2017, p.38). Dentre as famílias que vêm a Florianópolis durante o verão, é difícil encontrar uma que não tenha ex-trabalhadores da indústria frigorífica. As lideranças indígenas Sadraque Lopes e Merong Kamakã, ambos

² O IBGE não disponibilizou recortes de etnia do Censo 2022 até a publicação deste trabalho. Frente ao aumento de quase 100% registrado entre os dois últimos censos, é impossível inferir que a população Kaingang já é consideravelmente maior que a apontada pelos dados de 2010.

entrevistados durante a produção deste documentário, são exemplos disso. Os dois se conheceram em uma fila de entrevista de emprego no ramo frigorífico e vieram a se reencontrar anos mais tarde durante a estruturação da luta pela Casa de Passagem Indígena de Florianópolis.

Com poucas perspectivas profissionais e financeiras, a produção e venda de artesanato é fonte importante de renda para vários Kaingang. A maior parte dos territórios Kaingang, entretanto, encontram-se em cidades pouco populosas e/ou de baixo potencial turístico. Garcia (2015) detalha que a grande presença de turistas em cidades litorâneas durante o verão, em especial estrangeiros, é um forte atrativo para a migração dos indígenas. Luciana Loureiro, artesã cujos relatos também compõem o documentário, é ex-empregada da Sadia, no Noroeste gaúcho. A artesã relata que tinha dificuldades em se locomover até seu antigo local de trabalho, dadas as más condições do transporte disponibilizado pela empresa. Ela ainda pontua que “não gostava de ser mandada na firma”, sendo que, vendendo seu artesanato, afirma ser ela mesma sua própria firma. Segundo relatos de diversos indígenas ouvidos durante o processo de pesquisa, um dia ensolarado nas praias rende entre R\$ 300 e R\$ 400 por artesanato.

Para além da importância financeira, o artesanato ainda se mostra parte central da construção da identidade Kaingang, se colocando como peça-chave na recuperação do “direito coletivo à propriedade intelectual” (Fidelis, Okawati, 2021, p.93), historicamente negado aos povos indígenas. Não à toa, é comum vermos crianças e adolescentes participando ativamente no processo de confecção e venda de artesanatos. Cestos produzidos em taquara são os itens mais famosos dos Kaingang e, conforme relatado por Pohl, Midler (2008) expressam a dualidade do povo Kaingang, dividido entre os clãs Kamé e Kairu, através dos grafismos. Trata-se de um importante elemento de expressão visual da cultura Kaingang, sendo “referência visual clara de sua identidade cultural em relação à sociedade envolvente, seja ela a dos brancos ou de outra etnia indígena” (Pohl, Midler, 2008, p.4).

Além dos balaios de taquara, as famílias de artesãos também fabricam e vendem cestos de cipó, cocares, arcos, flechas, vassouras, colares e objetos de decoração em geral. Juntam-se ao artesanato como forma de reafirmação da cultura Kaingang as danças, cantos, jogos e a alimentação tradicional (Fidelis, Okawati, 2021).

3.1.2 Os Kaingang em Florianópolis

Faltam estudos que informem com precisão o começo do êxodo Kaingang para Florianópolis. Em trabalhos de campo realizados por mim ao longo dos últimos quatro anos, dona Teresa Loureiro foi quem contou a história mais antiga. Em 2019, aos 98 anos de idade, me disse que veio para a capital catarinense partindo da Terra Indígena Votouro (RS) pela primeira vez há mais de trinta anos, na companhia de um filho. Os lucros com a venda de artesanato foram bons, e dona Teresa repetiria o trajeto nos anos seguintes, cada vez trazendo mais parentes consigo.

Dona Teresa se lembrava que, no começo, os indígenas alugavam kitnets no Morro da Caixa, região continental de Florianópolis. A lembrança da anciã vai ao encontro do registrado por (Bastos, Sagaz, 2005), que relataram um pedido de ajuda enviado ao Cimi (Conselho Indigenista Missionário) em julho de 2000. Nele, famílias Kaingang buscavam orientação quanto a seu estabelecimento no Morro da Caixa. Outro importante registro desta relação entre indígenas e a comunidade da região continental foi feito pela doutora em Antropologia pela UFSC, Sandra Garcia. Durante o processo de pesquisa de sua tese, que versa sobre a circulação e permanência de indígenas dos povos Kaingang e Guarani na capital catarinense, Garcia constatou a presença de indígenas Kaingang no Morro da Caixa há cerca de dez anos:

[...] um grupo de aproximadamente dez Kaingang, também de Iraí (RS), que haviam conseguido alugar uma casa de dois quartos no Morro da Caixa, através da intervenção de outro Kaingang morador permanente do local. Apesar de o espaço ser pequeno, era a única opção, economicamente viável, para pagar a hospedagem que eles tinham, pois, ao dividir o valor do aluguel (R\$750,00), este ficava mais acessível, lhes permitindo ficar um período maior na ilha. Em outras ocasiões, Indianara me confidenciou que a situação havia sido mais difícil: as pessoas não queriam alugar casas ou quartos para os indígenas, pois achavam que não responderiam economicamente ou que causariam estragos ao imóvel, ou então, que os preços eram muito altos, ou a venda do artesanato era fraca, e assim, o sustento se via comprometido, pelo que era necessário retornar para casa. (Garcia, 2015, pp. 187-188).

Além dos empecilhos detalhados por Garcia (2015), o constante aumento no número de famílias migrando a Florianópolis ano após ano acabou por praticamente inviabilizar a permanência dos Kaingang no Morro da Caixa. Entre os anos de 2014 e 2015, famílias se instalaram debaixo de viadutos do Centro de Florianópolis. Segundo relatos da comunidade, isto se dava, sobretudo, no Elevado Dias Velho.

Tal realidade contrasta fortemente com a imagem da “Ilha da Magia” e converge com a lógica neoliberal de ocupação territorial da cidade, definido por Peres *et al* (2023, apud

Sugai, 2015) como “um projeto de exclusão dos empobrecidos”. No estudo realizado pelos pesquisadores, por exemplo, constatou-se que mais de 7500 unidades residenciais sofrendo com “ônus excessivo de aluguel”. Mais de 20 mil imóveis na região metropolitana, segundo o mesmo estudo, estariam ociosos, tratando-se de “habitações à espera de maior valorização no mercado imobiliário, que passou a exercer um enorme controle sobre o solo urbano, restringindo cada vez mais o acesso à moradia pelas populações de baixa renda através da crescente taxaço do preço da terra/casa no município”.

Nos últimos dias de 2015, um bebê Kaingang de 2 anos foi assassinado em Imbituba, litoral catarinense. Vitor estava no colo da mãe, que realizava uma migração semelhante à dos parentes que vêm para Florianópolis, quando foi esfaqueado. O caso ganhou grande repercussão na mídia³⁴⁵ e foi a gota d’água para a comunidade Kaingang, que, há anos, já vinha reivindicando um espaço mais adequado para sua permanência no verão da Ilha.

Com o apoio do Ministério Público Federal (MPF), os Kaingang conseguiram, no verão 2016/2017, ser realocados para a rodoviária da cidade. As diversas decisões judiciais favoráveis à presença dos indígenas na capital catarinense desde então baseiam-se no “princípio da autodeterminação indígena e pelo direito à cidade, os quais garantem a possibilidade de o indígena viver ou transitar em espaços urbanos, se assim desejar” (Funai, 2018, p. 6). Ainda de acordo com a Funai, o estabelecimento de políticas públicas para atender comunidades indígenas em contexto urbano é de responsabilidade dos três entes da federação (União, Estado e Município).

O último andar da rodoviária, entretanto, foi considerado muito pequeno para a comunidade, que naquela época já era composta por cerca de uma centena de pessoas. Também veio através de negociação com o MPF a ideia de ocupar o Tisac, ainda no verão 2016/2017. Este foi o principal ponto de inflexão na luta por uma permanência digna para os Kaingang em Floripa e o início concreto das articulações pela Casa de Passagem.

³ G1 SC. **Mãe relata que assassino fez carinho antes de matar garoto indígena em SC**. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/01/mae-relata-que-assassino-fez-carinho-antes-de-matar-garoto-indigena-em-sc.html>. Acesso em: 06 nov. 2023.

⁴ LIEBGOTT, Roberto; Silveira, Matheus. **Assassino do pequeno Vitor Kaingang é condenado a 19 anos de prisão em regime fechado**. Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/03/39318/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

⁵ TORRES, Aline. **Os Kaingang, povo do curumim assassinado, em eterna fuga**. El País Brasil, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/12/politica/1452627574_159229.html. Acesso em: 06 nov. 2023.

3.1.3 A Casa de Passagem Indígena de Florianópolis

Data de setembro de 2017 a determinação judicial para que a Prefeitura de Florianópolis construa a Casa de Passagem. Meses antes, o terminal do Saco dos Limões havia sido incendiado após a temporada de verão, com os Kaingang já em suas aldeias. Até o dia de hoje, a estrutura do terminal nunca foi totalmente restabelecida ou os autores do incêndio identificados.

Um ano mais tarde, em 30 de outubro de 2018, o então vice-prefeito da cidade de Florianópolis, João Batista Nunes, assina um termo de compromisso com o MPF, no qual a prefeitura se responsabilizou em construir a Casa no terreno localizado ao lado do terminal. Nunes era prefeito em exercício no dia em questão. No documento, ficou definido que a Casa de Passagem deveria ser entregue em 1º de julho de 2019.

Entretanto, chegada a temporada de verão de 2019, não havia sinal de obras no local. As condições do terminal atingiam níveis críticos de superlotação, havendo um documento produzido pela própria comunidade relatando que mais de duzentas pessoas dividiam apenas dois chuveiros, além de graves problemas na estrutura elétrica improvisada da ocupação e danos constantes sofridos por conta de chuvas e ventos - a lateral do terminal encontrava-se aberta e a comunidade abrigava-se em barracas de lona. A situação culminou na realização de um protesto que teve como principais palcos o próprio terminal, a Câmara dos Vereadores, a Prefeitura Municipal e a Catedral Metropolitana, todos na região central.

Em maio daquele ano, a Prefeitura, enfim, apresentaria o projeto da Casa de Passagem. Àquela altura, restavam dois meses para o fim do prazo estipulado para a conclusão da obra. A apresentação ocorreu em uma reunião do Ministério Público Federal, acompanhada *in loco* pelo autor deste trabalho. Conforme relatado em reportagem publicada no Jornal Zero em 11 de dezembro de 2019, o projeto consiste em dois blocos de dormitórios com capacidade para até 70 famílias e um terceiro bloco com cozinha, banheiros e depósitos. Ainda estavam previstos espaços destinados a lazer e venda de artesanatos.

O projeto, orçado inicialmente em menos de R\$2 milhões, foi aprovado por todas as partes envolvidas, mas não foi levado adiante. No segundo semestre daquele ano (eleitoral, diga-se), a Prefeitura fez investimentos superiores a R\$200 milhões⁶ em asfalto, na chamada “Operação Asfaltaço”. Foram recapeados, na primeira etapa da obra, 150 quilômetros de vias da capital - ou seja, o valor do quilômetro recapeado foi de cerca de R\$1,5 milhão. A Casa de

⁶https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24_09_2019_8.10.47.707aa9f78a897d72a6d713490a37ebeb.pdf

Passagem, em termos financeiros, representaria menos de dois quilômetros de asfalto na megaoperação de Gean Loureiro.

Na reunião de maio de 2019, o município alegou pendências nos contratos hidráulico e elétrico para justificar a não execução do recém-aprovado projeto. Foi outro ponto de inflexão importante para a história. Por conta do atraso, 2019 foi o primeiro ano em que os Kaingang permaneceram em Florianópolis após o verão. Liderados pelos indígenas Sadraque Lopes, Neuza Lopes e Neri Francisco, parte da comunidade permanece no terminal para reivindicar agilidade no processo.

A pandemia do coronavírus forçou a desocupação do terminal no verão de 2020, mais especificamente em 20 de março. A prefeitura imediatamente lacrou o local. O retorno dos Kaingang a Florianópolis se deu na manhã de 7 de janeiro de 2021. Horas mais tarde, Guarda Municipal e Polícia Militar entregaram à comunidade uma ordem de despejo emitida pela Prefeitura de Florianópolis. Com apoio de movimentos sociais e MPF, os Kaingang reafirmam sua permanência, rebatizando o local como Ponto de Cultura e Casa de Passagem *Goj Ta Sa*⁷ (“água salgada”, em Kaingang, termo utilizado pela comunidade para se referir a Florianópolis).

Desde então, há presença Kaingang no terminal todos os dias. Os atuais quase três anos de ocupação permanente são o maior período ininterrupto da ocupação. Destaca-se que a ocupação, entretanto, segue sendo intermitente para a enorme maioria das famílias. Os Kaingang que permanecem em Florianópolis após o verão são famílias de lideranças instituídas pela própria comunidade, que representam os indígenas em debates com o Estado.

Neste período, o município descumpriu, total ou parcialmente, uma série de decisões judiciais com vista a melhorar a estrutura da ocupação, bem como criou novos empecilhos para a construção da Casa. A suposta impossibilidade de mudar o zoneamento de terreno para adequá-lo à demanda indígena é o principal deles, mas o tema nunca foi pautado nos debates sobre o novo Plano Diretor da cidade, que ocorreram durante todo o ano de 2022. Por conta disso, o município foi multado em R\$ 100 mil pela Justiça Federal. A esta altura, um outro projeto, elaborado pelo Laboratório de Projetos (LabProj), projeto de extensão do curso de Arquitetura da UFSC, também se apresentava como uma alternativa mais barata à proposta original. Neste caso, o próprio Tisac, após passar por uma série de reformas, seria utilizado como Casa de Passagem definitiva (Mosaner et al, 2022).

⁷ A grafia *Goj ty Sá* também é utilizada pela comunidade Kaingang. Para este trabalho, optou-se por padronizar o uso da grafia *Goj Ta Sa*, a pedido das lideranças indígenas.

Esta foi apenas uma das várias multas já aplicadas à prefeitura. Não há entendimento completo, entre as partes envolvidas, sobre a quitação destas multas ou o destino do dinheiro (via de regra, as determinações judiciais mencionam que os montantes deveriam ser aplicados na própria ocupação. Os R\$100 mil mencionados no parágrafo acima, por exemplo, seguiam sendo contestados pela prefeitura na Justiça até o fim da apuração do documentário. Em setembro de 2023, um novo valor de R\$350 mil foi determinado como penalidade caso a prefeitura não realizasse obras relevantes no espaço para o verão 2023/2024 - o prazo desta determinação é pouco posterior à publicação deste trabalho, ilha mas dois dos três meses dados pela Justiça como prazo já se passaram e não há obras no local.

A Casa de Passagem Indígena de Florianópolis não seria pioneira, uma vez que há espaços semelhantes em cidades como Chapecó (SC), São Miguel d'Oeste (SC) e Curitiba (PR).

3.1.4 A Casa de Passagem na mídia

Sobretudo por envolver a maior instância do Executivo Municipal, a pauta da Casa de Passagem vem sendo trabalhada pelos principais veículos da imprensa tradicional catarinense. A abordagem destes veículos, via de regra, é pautada no discurso de instituições do Estado envolvidas no caso, como a Prefeitura, o Ministério Público e a Justiça Federal, havendo relativamente poucos relatos dos próprios indígenas sobre o caso.

Além da invisibilidade, a comunidade por vezes também foi alvo de ataques da imprensa catarinense. O mais notório exemplo disto é o editorial “Por que índios no Tisac⁸”, publicado pelo jornal Notícias do Dia (ND) em 24 de abril de 2019. Na publicação, o veículo destila preconceito contra a comunidade, sugerindo que a mesma deveria permanecer em suas aldeias. O ND ignora todas as decisões judiciais favoráveis aos direitos dos indígenas, expondo uma opinião que não é baseada em fatos concretos. O jornal ainda abusa do preconceito ao se referir aos indígenas como “índios” (termo que é atualmente considerado pejorativo), relatar uma suposta “falta de higiene” destas pessoas e denunciar, sem qualquer tipo de evidência, prostituição e exploração de crianças na ocupação. A atuação da imprensa comercial no caso escancara um preconceito que, há séculos, vem sendo enfrentado pelos Kaingang - que foram, por exemplo, tratados pejorativamente por várias décadas através do termo “bugres”, que também abrangia os indígenas Xokleng (PRIPRÁ, 2020).

⁸ Disponível em: <https://ndmais.com.br/opiniao/editorial/por-que-indios-no-tisac/>. Acesso em: 20 set. 2023.

A referida publicação do jornal Notícias do Dia coincidiu com o começo de meus trabalhos na comunidade, no verão de 2019. Teve impacto direto, inclusive, na própria relação inicialmente desenvolvida com as lideranças da ocupação. Havia na comunidade, à época, uma imagem extremamente negativa da mídia, de uma maneira geral. Superadas as desconfianças, nos quatro anos seguintes produzi conteúdo jornalístico⁹¹⁰¹¹¹² que teve como foco os relatos da própria comunidade e os diversos descumprimentos de acordos por parte da Prefeitura no período. Este produto consolida quatro anos de trabalho e construção de relações, buscando ampliar o entendimento acerca do tema da Casa de Passagem Indígena de Florianópolis e seus moradores.

3.2 Processos de produção

3.2.1 Pré-produção

A pré-produção deste documentário começou involuntariamente há mais de quatro anos. A pesquisa que embasou este trabalho se deu entre fevereiro de 2019 e setembro de 2023, mesclando várias experiências de contato com a comunidade, cobertura de reuniões e audiências em instituições públicas, entrevistas a autoridades e análise de documentos diversos. A Casa de Passagem tornou-se um tema um tanto quanto natural para este TCC, sendo a decisão tomada definitivamente no segundo semestre de 2022. A partir daí, foram realizadas pesquisas complementares sobre a cultura do povo Kaingang e sua relação com o ambiente urbano, mas boa parte do contexto retratado já me era familiar, o que encurtou a fase de pré-produção do documentário. Minha relação de confiança com a principal liderança dos Kaingang em Florianópolis, cacique Sadraque Lopes, ainda facilitou o aceite da comunidade em ser retratada por um não-indígena em um documentário.

⁹ BARBOSA, Rodrigo. **Audiência termina sem definição sobre construção da Casa de Passagem Indígena em Florianópolis.** Cotidiano UFSC, 2022. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/audiencia-termina-sem-definicao-sobre-construcao-da-casa-de-passagem-indigena-em-florianopolis/>. Acesso em: 06 nov. 2023

¹⁰ BARBOSA, Rodrigo. **Casa de Passagem: o histórico do descaso.** Cotidiano UFSC, 2021. Disponível em: <https://jornalismoufsc.shorthandstories.com/casa-de-passagem/index.html>. Acesso em: 06 nov. 2023

¹¹ BARBOSA, Rodrigo. **Mesmo em condições precárias, indígenas ocuparão terminal o ano inteiro.** Cotidiano UFSC, 2019. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/mesmo-em-condicoes-precarias-indigenas-ocuparao-terminal-o-ano-inteiro/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

¹² PATTÉ, Nega-txa; BARBOSA, Rodrigo. **Verões dos Kaingang.** Zero UFSC, 2019. Disponível em: <https://zeroufsc.medium.com/ver%C3%B5es-dos-kaingang-fd34aa4f0f03>. Acesso em: 06 nov. 2023.

Duas reuniões com os Kaingang, uma em dezembro de 2022 e uma em janeiro de 2023, definiram como seriam conduzidos os trabalhos com a comunidade. A ideia inicial era realizar a primeira entrevista com uma liderança Kaingang em sua terra natal (neste caso, a Terra Indígena Votouro, no Rio Grande do Sul) e gravar seu trajeto de ida até Florianópolis. Por conta de problemas logísticos e pessoais envolvendo a fonte em questão, não foi possível realizar a viagem.

O começo efetivo dos trabalhos se deu ainda na primeira semana de janeiro, quando percebeu-se dificuldade em realizar entrevistas por conta da superlotação ao qual o Tisac é submetido no verão. Como resultado, foi adotada uma abordagem menos invasiva diante da comunidade, sendo a captação dos relatos que compõem o documentário feita por todo o ano de 2023. A maior parte das entrevistas com a comunidade não foram roteirizadas, tratando-se, em sua maioria, de relatos testemunhais ou ocasionais (conforme definido por Lage, 2001). O material coletado conta com relatos das seguintes fontes:

- Sadraque Lopes (atual cacique da Casa de Passagem Goj Ta Sa);
- Neri Francisco (atual vice-cacique da Casa de Passagem Goj Ta Sa);
- Merong Kamakã (liderança Pataxó Hã Hã Hãe/Kamakã Mongoió, cacique da retomada Kamakã Mongoió, em Minas Gerais, e usuário da Casa de Passagem Indígena Goj Ta Sa);
- Elizandro de Lima (liderança Kaingang, usuário da Casa de Passagem Goj Ta Sa e, desde abril de 2023, professor contratado pela Secretaria Estadual de Educação para acompanhar as crianças Kaingang na Escola Estadual Getúlio Vargas, no bairro Saco dos Limões);
- Analúcia Hartmann (Procuradora do Ministério Público Federal de Santa Catarina, responsável por mediar o diálogo entre comunidade indígena e Prefeitura de Florianópolis);
- Ubiraci Farias (procurador-geral do município de Florianópolis);
- Teresa Loureiro (agricultora, artesã e anciã do povo Kaingang, pioneira no êxodo que os traz até hoje a Florianópolis - entrevista realizada em 2019 e recuperada para o documentário);
- Luciana Loureiro (artesã e usuária da Casa de Passagem Goj Ta Sa - entrevista realizada em 2019 e recuperada para o documentário)

Para fontes institucionais, ainda segundo definição de Lage (2001), foram utilizadas abordagens diferentes de entrevista. No caso do Ministério Público Federal, optou-se por uma

abordagem dialogal, com roteiro previamente estabelecido. No caso da prefeitura de Florianópolis, utilizou-se uma abordagem de contestação, tendo em vista que era a instituição denunciada - pontuo, entretanto, que se tratou de um diálogo bastante cordial. Além das fontes indicadas acima, dezenas de outros indígenas foram ouvidos durante o processo de produção do documentário (dezembro de 2022 a setembro de 2023). Entretanto, há entre os moradores da ocupação grande resistência em serem registrados em vídeo de maneira mais aproximada. Logo, embora os relatos do documentário estejam centralizados nas fontes listadas, houve contribuição de diversas outras pessoas para sua produção - esta, realizada de maneira 100% presencial. A proximidade da ocupação com a casa do autor (cerca de 1,5km de distância) facilitou que o processo de visitar a comunidade pudesse ser repetido diversas vezes durante o ano.

Pessoas ligadas ao Cimi (Conselho Indigenista Missionário), à coletiva Bem-Viver (mandato coletivo do PSOL na Câmara Municipal de Florianópolis) e à direção da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) que assumiu o órgão após a criação do Ministério dos Povos Indígenas também foram consultadas, contribuindo, inclusive, com parte da documentação que embasou a apuração desta produção.

Duas produções cinematográficas catarinenses serviram como parâmetro para pensar tanto a pré-produção, quanto para inspiração em recursos técnicos. São os filmes “Órfãos do Vale”, produzido também como TCC do Curso de Jornalismo pelas acadêmicas Andressa Santa Cruz e Clara Comandolli em 2018; e “Vãnh Gõ Tõ Laklãñõ”, produzido por uma equipe que formada parcialmente por indígenas Xokleng em 2021. Ambos retratam memórias de comunidades indígenas através de relatos muito próximos dos entrevistados, assim como pretendia-se fazer neste documentário.

3.2.2 Entrevistas e Captação de Imagens

A captação de imagens para o documentário iniciou-se um pouco antes da reunião que selou, junto à comunidade, a realização efetiva do filme. Em 7 de dezembro de 2022, ocorreu uma inspeção judicial no terminal ocupado pelos Kaingang, com presença de Justiça Federal, Ministério Público e do prefeito de Florianópolis, Topázio Neto. A relevância do encontro e a indicação de que o TCC abordaria o tema fizeram com que este se tornasse, oficialmente, o primeiro dia de trabalhos já focados em um documentário sobre a Casa de Passagem. Dias antes da vistoria, entretanto, contrai Covid-19 e não pude comparecer ao Tisac. Coube a Jucelino Filho e Fernando Xokleng, indígenas do povo Xokleng e colegas no Curso de

Jornalismo, registrar a passagem do prefeito pelo terminal. Devido à minha ausência, não foram realizadas entrevistas naquele dia, mas as imagens da vistoria e das obras que àquela altura aconteciam no local foram o ponto de partida dos trabalhos.

Recuperado da Covid, retomei os trabalhos cerca de um mês depois. Em 6 de janeiro de 2023, acompanhei Sadraque Lopes, liderança da ocupação, em um dia de vendas de artesanato na Praia dos Ingleses, no Norte da Ilha. O objetivo era registrar, com maior fidelidade possível, como é a rotina de trabalho dos artesãos. Para tanto, embarquei com a comunidade em um ônibus até o local das vendas, em trajeto que durou quase duas horas. Na praia, a estratégia foi me manter distante da fonte até que uma venda estivesse perto de ser concretizada - momento no qual me aproximava e pedia permissão ao comprador para gravar. Não me aproximar muito de início foi a estratégia que encontrei para que minha presença com uma câmera na mão não interferisse muito no decorrer do trabalho do Sadraque. No intervalo do almoço foi realizada uma pequena entrevista com a liderança sobre a produtividade daquele dia de vendas.

O início efetivo das atividades com a comunidade no terminal se deu dias depois, em 11 de janeiro, já com um primeiro feedback positivo das lideranças em relação ao dia de gravações na Praia dos Ingleses. Me acompanhou o colega de curso Fernando Xokleng. Foram realizadas pequenas entrevistas com indígenas sobre a produção de artesanatos, enquanto os produziam, e captação de imagens mais abertas do terminal. Logo na chegada ao terminal, fomos cercados por seis crianças Kaingang, que demonstraram interesse nas câmeras que carregávamos. Começou ali uma prática que seria rotineira em praticamente todos os dias de gravação: parte do material era captado pelas próprias crianças.

Com anuência das lideranças da comunidade, foi possível introduzi-los gradativamente no processo produtivo do documentário e há fotografias e vídeos no produto final que foram registrados por eles. Creio que minha experiência em jornalismo comunitário, adquirida sobretudo nas atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão Jornalismo e Ação Comunitária, do qual fui colaborador por cerca de três anos, foi fundamental para a melhor condução das atividades com as crianças e para que nosso contatos fossem, para além de pequenas oficinas de fotografia e vídeo improvisadas, um momento lúdico para todos nós. Assim como (Sarmiento, et al, 2007), acredito que crianças são atores sociais e políticos ativos, e valorizo enormemente a visão que elas têm do espaço em que vivem. Creio que a participação das crianças na produção também aproxima o documentário da própria perspectiva que diversos povos indígenas - incluindo os Kaingang - têm das crianças, fazendo-as agentes muito mais participativos em uma série de processos sociais, se

comparadas às comunidades não-indígenas. Várias imagens utilizadas no documentário também tentam mostrar essa diferença de perspectiva.

Foram realizadas mais duas visitas à comunidade no mês (dias 21 e 30), sempre com o devido aviso aos moradores, mas sem qualquer tipo de agendamento de entrevista. Os relatos que coletei deste período são mais curtos, mas o período foi fundamental para capturar boa parte do material que serve como cobertura do documentário, bem como para evoluir no trabalho com as crianças. Também nesse período, tomei conhecimento de que não seria possível entrevistar Teresa Loureiro. Artesã e anciã do povo Kaingang, dona Teresa é lenda viva da comunidade e vem a Florianópolis todo ano há mais de três décadas, sendo pioneira no êxodo que segue trazendo seu povo ao litoral. Atualmente com mais de cem anos de idade, dona Teresa não teria mais, segundo a família, a lucidez necessária para uma entrevista de maior profundidade - sobretudo conduzida na língua portuguesa, idioma secundário da anciã. Desta forma, recuperei, com concordância da família, um áudio de entrevista gravada com dona Teresa em 2019 para que o documentário pudesse iniciar-se com a mesma pessoa que iniciou a história em si.

Passada a altíssima temporada de verão, durante os meses de dezembro e janeiro, foi possível realizar atividades mais complexas no terminal. Em 25 de fevereiro, registrei uma assembleia popular que reuniu moradores da ocupação, lideranças indígenas de outras localidades de Santa Catarina e apoiadores da causa. Durante todo o dia registrei uma série de falas sobre o contexto que pretendia relatar. Também foi interessante fazer essas imagens porque mostram como se dá a organização interna do movimento indígena, onde, via de regra, tomadas de decisão são feitas após debates coletivos. Tinha a intenção de gravar pequenas entrevistas mais conduzidas ao fim do encontro, mas pela duração extensa da reunião e por ter tido problemas com armazenamento, não foi possível. Este também foi o primeiro dia em que consegui registrar uma dança tradicional feita pelo grupo de dança da ocupação - formado, em sua maioria, por crianças.

Uma nova assembleia, de moldes muito semelhantes, ocorreu no mês seguinte, também sendo registrada por mim. Março também foi o mês em que a comunidade recebeu o cacique Merong Kamakã, ex-morador da ocupação e figura importante para a estruturação da luta pela Casa de Passagem Indígena de Florianópolis. Sabendo de sua importância para a comunidade e nutrido boa relação com o cacique, dediquei boa parte das gravações do mês de março a atividades relacionadas a ele. Foram registrados diversos cantos, uma oficina de cocares que ele ministrou, uma reunião da comunidade com a Secretaria Estadual de

Educação e, por fim, uma entrevista roteirizada com Merong na Praça XV de Novembro, onde ele passou sua primeira noite em Florianópolis.

O mês de abril foi dedicado principalmente à captação de trilha sonora para o documentário. Dedicado à ideia de utilizar uma trilha 100% indígena, fui ao Acampamento Terra Livre para registrar os cantos de guerra do povo Kaingang durante a maior mobilização indígena do país. Embora não houvesse moradores da ocupação Goj Ta Sa no evento, os cantos são basicamente os mesmos. Em Brasília, foi possível registrar estes cantos com uma potência consideravelmente maior que os registros feitos em Florianópolis, dado o grande número de pessoas (mais de duas centenas de indígenas Kaingang).

Em 20 de abril, ainda foi realizada a entrevista com a Procuradora da República Analúcia Hartmann, na sede do Ministério Público Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Ela é a responsável por representar os interesses dos indígenas frente à Justiça e demais órgãos públicos, tendo mais de 30 anos de experiência com a causa indígena. Seus relatos foram fundamentais para a condução de todo o documentário, uma vez que forneceram uma compreensão mais profunda dos complexos aspectos jurídicos que envolvem o tema - aspectos esses que nem sempre são de domínio pleno das lideranças da comunidade - e explicaram com mais embasamento as irregularidades cometidas pela prefeitura de Florianópolis na condução do caso.

Em maio, as principais atividades registradas foram uma feira que comemorava o Dia dos Povos Indígenas e uma manifestação contra a Tese do Marco Temporal, ambas realizadas no próprio terminal. Além de relatos e diversas práticas culturais, foi possível registrar o terminal em duas situações completamente opostas: a alegria de uma feira de artesanato e a tensão de um protesto pela vida.

Fiz uma segunda viagem a Brasília em junho, desta vez na companhia de uma liderança da Goj Ta Sa. Na capital federal, registrei uma reunião da comunidade com aquela que foi, até aqui, a maior instância à qual já chegaram: as lideranças foram recebidas pelo recém-criado Ministério dos Povos Indígenas, vinculado ao Poder Executivo Federal, para apresentar as demandas relacionadas à Casa de Passagem Indígena de Florianópolis. Aproveitei a viagem para, mais uma vez, complementar a trilha sonora do documentário. Duas visitas ao terminal em agosto e setembro selaram o fim dos trabalhos com a comunidade.

Finalizadas as gravações com a comunidade, fui recebido pelo procurador do município de Florianópolis, Ubiraci Farias, em 18 de setembro. Representante da prefeitura em audiências sobre a Casa de Passagem na Justiça Federal, o procurador foi indicado pelo

próprio município para ser entrevistado para o documentário. Embora o filme seja centrado na experiência indígena na Ilha, fazia-se fundamental ouvir a versão da prefeitura.

Durante quase todo o processo de entrevistas e captação de imagens contei com o apoio de colegas que, sob minha orientação, contribuíram na operação técnica de equipamentos de áudio e vídeo. Foram eles Fernando Xokleng, João Voia e Jucelino Filho, colegas do curso de Jornalismo da UFSC; e Rodrigo Lino Nunc-Nfônro, pós-graduando em Antropologia Social pela UFRJ - todos indígenas do povo Xokleng.

3.2.3 Roteirização

Este documentário não contou com produção de roteiro prévio. No processo de concepção do TCC, elenquei algumas situações/fatos que seriam fundamentais para a compreensão da história, mas a enorme maioria das gravações foi feita de maneira espontânea. Assim sendo, o processo de roteirização começou no mês de agosto, com a maior parte do material já coletado.

Após analisar o material coletado, optei por criar um roteiro que contasse a história dos Kaingang progressivamente, com a aparição de personagens se dando conforme o desenrolar da história. Devido à complexidade dos fatos decorridos ao longo dos anos, ainda optei por roteirizar a história de maneira cronológica.

Como resultado, temos um documentário centrado na memória e na experiência dos personagens da história, tendo sido uma preocupação de minha parte aparecer o mínimo possível no produto final. A opção por não utilizar qualquer tipo de narração para além dos próprios relatos colhidos em campo tem como objetivo criar uma narrativa mais fluida. Utilizar o mínimo possível de recursos textuais também foi uma escolha consciente visando respeitar a tradicionalidade oral das culturas indígenas e fornecer melhor compreensão possível do produto para a própria comunidade relatada, uma vez que parte dela só domina a língua portuguesa oral. Sendo assim, utilizou-se o texto apenas em situações tidas por mim como inevitáveis (datas e nomes de pessoas e lugares, sobretudo).

As entrevistas com o professor Elizandro de Lima e com o procurador Ubiraci Farias foram realizadas após a conclusão da primeira versão do roteiro, mas já havia lacunas dedicadas a elas. Sendo assim, a versão final do roteiro foi finalizada em 22 de setembro, quando já acontecia o processo de edição do documentário.

3.2.4 Edição e Finalização

A edição do documentário teve início no dia 22 de agosto utilizando, por sugestão da orientadora, o programa Davinci Resolve. A minutagem dos vídeos a serem utilizados já havia sido pré-determinada durante a roteirização, tendo o primeiro processo da edição sido justamente a separação efetiva desses trechos. O mesmo pode ser dito dos vídeos e fotografias que servem de cobertura em diversos momentos.

Por se tratar de uma pauta complexa e com abrangência temporal relativamente grande, optou-se por dividir o documentário em três partes. A primeira é dedicada ao motivo que traz os Kaingang a Florianópolis: o trabalho, através do artesanato tradicional. A segunda tem como objetivo mostrar como a comunidade foi transformando o antigo terminal abandonado em um território com forte identidade indígena, a partir de sua ocupação, em 2016. A terceira e última parte traz de maneira mais direta o confronto existente entre Poder Público e comunidade indígena e tenta propor um questionamento sobre o futuro da Casa de Passagem a todos os setores ouvidos durante o processo de produção do documentário.

Para o primeiro corte do documentário, apresentado à orientadora em 22 de setembro, o principal objetivo foi criar a estrutura básica do produto. Por se tratar de um trabalho individual, a preocupação neste primeiro momento era garantir que o roteiro pensado faria sentido quando montado na linha de edição. Pensando-se na possibilidade de modificar a ordem de alguns trechos do documentário, essa primeira edição contou com dez vídeos menores renderizados.

O período entre 22 de setembro e 13 de novembro foi dedicado a edições mais complexas. Neste período, realizei tratamento de imagens e áudio e produzi efeitos visuais, artes e transições de imagem. Em 20 de outubro, uma segunda versão do documentário foi exportada e entregue à orientadora. A esta altura, o material ainda tratava-se de dez vídeos separados - esta escolha se deu para facilitar o processo, tendo em vista que os softwares de edição são pesados. Após os devidos apontamentos, a versão final foi entregue à banca avaliadora no dia 14 de novembro. O material final pode ser encontrado no link a seguir, em qualidade 1080p: <https://www.youtube.com/watch?v=1aphGTxU0o4&feature=youtu.be>.

4. RECURSOS

Toda a logística para a execução do projeto foi pensada para ser um documentário executável sem qualquer tipo de patrocínio. A maioria dos equipamentos utilizados são meus ou foram emprestados de amigos ou da estrutura do curso de Jornalismo da UFSC.

Em relação ao transporte, não houve custos para as visitas à comunidade. Morando a cerca de 1,5km do local, realizo este trajeto a pé desde que comecei a acompanhar a pauta, em 2019. Houve gastos menores com transporte para realizar as entrevistas com instituições públicas e para acompanhar pontualmente algumas atividades da comunidade fora da ocupação. Via de regra, me refiro a deslocamentos ao Centro da cidade, que também não é distante de minha casa ou da ocupação. O trajeto mais longo, até a Praia dos Ingleses, foi feito de ônibus. Não foi possível realizar a viagem à Terra Indígena Votouro, prevista inicialmente e que demandaria maiores recursos. Sendo assim, foram gastos cerca de R\$ 150 com transporte durante os cerca de nove meses de produção.

Tampouco tive custos com transporte nas duas viagens a Brasília, sendo gratuitamente acomodado em ônibus de delegações indígenas que partiram de Florianópolis à capital federal. De toda forma, houveram gastos durante a viagem, sobretudo com alimentação e outros itens necessários para a acomodação em um acampamento de estrutura básica. Ao todo, somando-se as duas viagens, o gasto foi de cerca de R\$ 1.200. Mesmo que as viagens não tivessem como objetivo único o documentário, sendo parte de um trabalho mais abrangente com as comunidades indígenas, este valor será integralmente computado nos gastos do documentário.

A câmera utilizada para a captação da maior parte das imagens foi uma Canon Rebel T7, de uso pessoal. Seu valor, acompanhada das três lentes utilizadas (Canon 18-55mm, Canon 55-250mm e Bower 8mm), é de aproximadamente R\$ 5 mil. Em algumas ocasiões foi utilizada também uma Nikon D3200 emprestada, avaliada em cerca de R\$2 mil, já com a lente utilizada (Nikon 18-55mm).

Diferentes celulares foram usados para auxiliar na captação dos áudios. Para calcular os gastos, utilizarei como base o meu próprio celular (iPhone 8 64GB), avaliado atualmente em cerca de R\$ 1.500. Os microfones de lapela utilizados foram emprestados pelo projeto de extensão Cotidiano UFSC e têm valor de R\$ 50. O tripé utilizado também era do Cotidiano e tem valor de R\$ 150.

Para armazenar o material coletado, foram adquiridos um HD SSD de 2TB no valor de R\$ 700 e um cartão de memória Sandisk 64GB no valor de R\$ 100 - estes, os dois únicos equipamentos comprados durante a produção do documentário.

A edição do documentário foi feita em meu próprio notebook (Samsung NP350XAA, atualmente avaliado em cerca de R\$ 2 mil). Foi utilizada a versão gratuita do *software* Davinci Resolve, não havendo custos com programas. Sendo assim, o valor total aproximado do documentário foi de R\$ 12.850, sem mão-de-obra.

Não houve contratação de nenhum profissional, sendo as contribuições de colegas feitas de maneira voluntária. De toda forma, a fim de exemplificar o custo de uma produção como esta em caso de contratação efetiva de profissionais remunerados, utilizei a Tabela de Freelas¹³ do Sindicato de Jornalistas de Santa Catarina. Ao todo, dediquei cerca de 60 horas às gravações do filme com equipamento próprio - horas estas avaliadas em R\$12 mil, de acordo com a referida tabela. Fernando Xokleng dedicou cerca de 12 horas à produção, divididas em 3 dias e sem equipamento próprio - com o custo tabelado de R\$1.550. Rodrigo Lino Nunc-Nfônro me acompanhou por cerca de 15 horas, divididas em 3 dias, igualmente sem equipamento - R\$1.800. Jucelino Filho fez duas saídas de campo de 3h com equipamento próprio - totalizando mais R\$1.500 ao balanço. Por fim, o colega João Voia participou de uma entrevista, dedicando cerca de 3h (sem equipamento) - R\$350. No caso da edição, tomei como base a tabela do Sintracine¹⁴ (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica e Audiovisual de Santa Catarina), que determina como base o valor de R1.700 por semana ao responsável pela edição de um média-metragem. Estimando o tempo total dedicado a esta etapa, foram cerca de quatro semanas de trabalho - ou cerca de R\$7 mil. O valor da mão-de-obra envolvida, portanto, é algo em torno de R\$24 mil.

¹³ <http://sjsc.org.br/tabela-de-freelas/>

¹⁴ <https://scsintracine.wordpress.com/tabelas/>

5. DIFICULDADES E APRENDIZADOS

Nasci e fui criado em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), completamente alheio à realidade dos povos originários do Brasil. Assim foi por mais de vinte anos. Tive meu primeiro contato com povos tradicionais em uma viagem à África, em 2016/17, onde tive a oportunidade de compartilhar experiências com membros do povo *Saan*, em Botsuana. Voltei ao Brasil e, menos de um ano depois, me mudei para o Sul do Brasil, onde tive a oportunidade de, enfim, me aprofundar mais sobre as perspectivas dos povos tradicionais brasileiros. Desde então, foram quase cinco anos de trocas de experiência em diversos ambientes: a universidade, Goj Ta Sa, diversas aldeias, manifestações populares, acampamentos (na região Sul e em Brasília) e em instituições do Estado que só passei a frequentar devido ao trabalho realizado ao lado dos indígenas.

Posso dizer que auxiliar nas demandas do movimento indígena se tornaram, de certa forma, parte de meu objetivo pessoal e profissional de vida. Como homem branco, trabalhar com essas comunidades é um processo de constante aprendizado. A importância da coletividade e dos saberes tradicionais, a defesa do território, o respeito à natureza e a valorização da criança enquanto sujeito social são dos fatos que mais me admiram e que cruzam meu caminho a cada nova visita a uma comunidade indígena.

Me referindo mais especificamente à comunidade retratada no documentário, pude acompanhar boa parte da formação de sua atual estrutura social. Como ativista dos direitos dos povos indígenas e apoiador de movimentos sociais de uma maneira geral, foi extremamente enriquecedor ver um grupo vulnerabilizado se organizar a ponto de hoje ser presença diária em uma das capitais mais preconceituosas do Brasil. Goj Ta Sa é uma ocupação que se formou em contraponto à violência institucional e praticamente todas as medidas tomadas pelo Estado em direção à Casa de Passagem Indígena de Florianópolis foram motivadas por ações diretas dos indígenas Kaingang.

Em relação às dificuldades, a primeira e mais marcante para mim tem a ver com questões socioeconômicas e de gênero. Dada sobretudo a enorme violência a qual foi submetida historicamente, é bem perceptível que parte considerável da comunidade indígena não se sente confortável em ser registrada em vídeo por um homem branco. Isto pode ser dito, inclusive, de várias pessoas que, fora das câmeras, concederam entrevistas que embasaram a apuração do documentário e de tantas outras com quem conversei ao longo dos anos no terminal. Senti especial dificuldade em entrevistar mulheres Kaingang, havendo um bloqueio bem grande relacionado a gênero. Em minha prática profissional, tento ser o menos

invasivo possível frente a comunidades vulnerabilizadas - em especial, se estou trabalhando no território desta comunidade. Este fato também pode ter prejudicado a coleta de relatos, mas acredito que tal postura é fundamental para que, quatro anos depois de minha primeira visita, eu siga sendo bem recebido pelas lideranças.

Este problema se fez ainda maior pois Dona Neuza, principal liderança feminina da comunidade e tida inicialmente como uma das fontes “obrigatórias” do documentário, não se fez presente na ocupação este ano por vários problemas pessoais que enfrentou. Mais acostumada a falar publicamente, dona Neuza iria, inclusive, me guiar pelo trajeto de sua terra até Florianópolis. Sem poder contar com os depoimentos da liderança, optei por utilizar relatos em áudios de mulheres Kaingang, colhidos no passado, para que não fosse um filme apenas centrado nas experiências de homens.

Também tive dificuldades relacionadas ao formato escolhido para este TCC. Melhor acostumado em trabalhar os formatos de texto e fotografia, esta foi minha primeira experiência com um documentário. Técnicas relacionadas à captação de imagens não estáticas e de áudio foram sendo aprimoradas durante a produção do documentário. No período de nove meses que englobou as gravações, tive problemas técnicos com a câmera (mancha na tela), áudio (falta e/ou danos no microfone) e armazenamento (sendo necessária a compra de novos equipamentos).

Tratou-se também de minha primeira experiência editando um material em vídeo com duração superior a cinco minutos. Esta foi, de longe, minha maior dificuldade, pois foram vários processos até que o documentário ficasse pronto para ser apresentado. Sem qualquer tipo de familiaridade prévia com o programa Davinci Resolve, tomei conhecimento de boa parte dos recursos utilizados na prática. Todas as dificuldades técnicas enfrentadas naturalmente também foram um enorme aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documentário tem como objetivo ser mais uma ferramenta para que a sociedade florianopolitana compreenda a realidade da comunidade Kaingang e a importância da construção da Casa de Passagem Indígena em nossa cidade. Sendo o maior material em vídeo já produzido acerca do tema, creio que poderá auxiliar a comunidade em sua luta.

A partir de 2024, trabalharei na divulgação do filme. Pretendo torná-lo público e inscrevê-lo em editais e festivais de Cinema e Jornalismo para que sua mensagem chegue ao maior número de pessoas possível. Sempre que possível, levarei lideranças da comunidade a

estes espaços. Qualquer eventual ganho financeiro proporcionado pelo documentário será dividido com a comunidade a fim de contribuir com demandas de seus moradores.

“Goj Ta Sa: histórias de um ex-terminal” representa novas perspectivas profissionais que podem surgir na área do audiovisual, que até então não havia explorado, mas, sobretudo, é a consolidação de quatro anos dedicados a vivências com as comunidades de Santa Catarina. Embora seja um produto focado na cultura Kaingang, os povos Xokleng e Guarani também tiveram grande influência em toda esta trajetória, bem como indígenas de diversas outras etnias com quem convivi em Florianópolis, durante viagens a Brasília e nos quatro territórios indígenas que já tive a oportunidade de conhecer em Santa Catarina.

Certa vez, ouvi de uma liderança do povo Parintintin que pessoas não-indígenas não escolhem participar do movimento indígena, mas são escolhidas pelo movimento. Não sei bem o motivo, mas creio que fui um dos que teve a sorte de ser escolhido. E essa caminhada está apenas no começo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Jacqueline Narciso; SAGAZ, Márcia Regina Pereira. **A Identidade Étnica dos Índios Urbanos na Gde Florianópolis**. Florianópolis: Funai, 2005. 14 p. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto55/FO-CX-55-3501-2006.PDF>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CARNEIRO, Raquel Gomes. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê**. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Unisinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8195/Raquel+Gomes+Carneiro_.pdf?sequence=1. Acesso em: 06 nov. 2023.

GARCIA, Sandra Carolina Portela. **Circulação e permanência de indígenas Kaingang e Guarani na cidade de Florianópolis, Santa Catarina: desafiando ausências, paradoxos e outras imagens**. 2015. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Florianópolis, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/160744/338085.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FIDELIS, Adroaldo Antonio; OKAWATI, Juliana Akemi Andrade. A PRÁXIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR KAINGANG. In: FLEURI, Reinaldo Matias; OKAWATI, Juliana Akemi Andrade. **Pedagogias e Narrativas Decoloniais**. Curitiba: Crv, 2021. p. 93-105.

Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227939/00_lo_2021_FLEURI-OKAWATI-CRV-Pedagogias%20e%20narrativas%20decoloniais.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Acesso em: 06 nov. 2023.

IBGE, 2010. **O Brasil Indígena**. Disponível em:

<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

KAINGANG, Joziléia Daniza Jagso. Povos Indígenas e o coronavírus: um olhar Kaingang sobre a pandemia. **Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-4, jun. 2020. Disponível em:

<https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2020/06/Artigo-Jozi-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

KASEKER, Mônica Panis; OTA, Angela Yoshiko. O telejornalismo e o reconhecimento dos povos indígenas do Brasil como sujeitos comunicacionais. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, v. 152, n. 1, p. 155-171, jul. 2023.

LAGE, Nilson. Teoria E Técnica De Reportagem, Entrevista E Pesquisa Jornalística. 1.ed. Record, 2001. Disponível em:

<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

MELO, Cristina Teixeira V. de; GOMES, Isaltina Mello; MORAIS, Wilma. **O DOCUMENTÁRIO JORNALÍSTICO, GÊNERO ESSENCIALMENTE AUTORAL**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2001, Campo Grande. Artigo. Campo Grande:

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001. p.

1-14. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/11572121297094948981203363898082664337.pdf>

Acesso em: 06 nov. 2023

MOREIRA, A. D. L. (2022). “Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato”: uma conversa sobre visibilidade com Ailton Krenak. *Revista De Antropologia*, 65(3), e202953.

<https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202285>

MOSANER, Fábio Ferreira-Lins; MACHADO-DILL, Fernanda; SOCAS-WIESE, Ricardo.

Casa de Passagem Indígena em Florianópolis: projeto participativo e ações do estado.

Arquitecturas del Sur, [S.L.], v. 41, n. 64, p. 08-21, 31 jul. 2023.. Disponível em:

<https://revistas.ubiobio.cl/index.php/AS/article/view/5471>. Acesso em: 06 nov. 2023.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2010. 272 p.

Disponível em:

<https://ia902809.us.archive.org/28/items/IntroduoAoDocumentrioBillNichols/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Document%C3%A1rio%20-%20Bill%20Nichols.pdf>. Acesso em:

15 dez. 2022.

NOTÍCIAS DO DIA (ND+). **Por que índios no Tisac?** 2019. Disponível em:

<https://ndmais.com.br/opiniao/editorial/por-que-indios-no-tisac/>. Acesso em: 20 set. 2023.

PERES, Lino Fernando Bragança *et al.* Cidade à venda: inflexão ultraliberal na produção do espaço em florianópolis. *Cadernos MetrÓpole*, [S.L.], v. 25, n. 58, p. 1143-1169, dez. 2023.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5816>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cm/a/TcyGp47LqVBTyTSy8tLxWd/#>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PINTO, Cíntia Xavier da Silva. **O documentário como produção jornalística: Nos limites da pesquisa experimental em Trabalhos de Conclusão de Curso em Jornalismo**. 2011.

381 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Unisinos, São Leopoldo, 2011.

Disponível em:

http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3048/documentario_como.pdf?squence=1&isAllowed=y. Acesso em: 06 nov. 2023.

POHL, Angelo Inácio; MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Representações visuais da cestaria Kaingang na Terra Indígena Carreteiro: o grafismo e seus significados. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2008, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Apunh-Rs, 2008. p. 1-14.

Disponível em:

http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212093583_ARQUIVO_textoanphu_FINAL.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PRIPRÁ, Alfredo Namblá. **A Cultura Material do Povo Xokleng/Laklãnõ: As Armas Tradicionais**. 2020. 47 f. Tese (Doutorado) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204934/TCC%20Alfredo%20Nambl%C3%A1%20Pripr%C3%A1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SARMENTO, Manuel Jacinto *et al.* Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, Braga, Portugal, v. 25, n. 1, p. 183-206, jan. 2007. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36753/1/pol%C3%aadticas%20p%C3%abablicas%20e%20participa%C3%a7%C3%a3o%20infantil.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOUZA, Gustavo. Fronteiras (in)definidas: aproximações e divergências entre documentário e jornalismo. **Doc Online**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 158-172, mar. 2009. Disponível em:

<https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/doc/article/view/1259/pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

STEFANUTO, Miriam Rebeca Rodeguero. **TRABALHO CALADO: OS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE E AS INDÚSTRIAS DE CARNE**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9308/DissMRRS.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 06 nov. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro

Áudio	Imagem	Texto	Tempo
Canto tradicional Kaingang	Imagem da placa de entrada da ocupação, onde se lê: “Bem-vindos ao Ponto de Cultura Goj Ta Sá, vende-se artes indígenas”. Aos 8 segundos, passa para imagem dessa mesma placa, filmada no sentido contrário, com o bairro ao fundo. Aos 17 segundos, entra uma imagem da ocupação vista do outro lado da rua	<i>Na última das imagens, o título: “Água Salgada/Goj Ta Sa - histórias de um terminal”</i>	00:00 - 00:30
Dona Teresa: “Fui eu que descobri essa cidade aqui. O meu filho tinha se criado por aqui”. <i>Pequeno trecho de um canto tradicional enquanto o nome de dona Teresa estiver na tela</i>	Foto da dona Teresa, vindo de uma tela escura e aparecendo gradualmente	<i>Quando aparecer a foto: dona Teresa, artesã, agricultora e anciã do povo indígena Kaingang</i> Legenda da fala	00:31 - 01:00
Dona Teresa: “Ele saiu de mim com nove anos e se criou fora, até que ele veio pra cá.” “Daí um dia ele disse: ‘mãe, faz balaio pra senhora ir comigo. Vou te levar pra senhora	Foto da dona Teresa Foto de uma mulher de costas ao lado de um balaio no terminal + mapa com trajeto da TI Votouro até Floripa	Legenda da fala	01:01 - 01:15

<p>conhecer aquele lugar'. Ele disse pra mim. Daí eu vim com ele.”</p>			
<p>Dona Teresa: “Vinha pra cá, trazia balaio e dentro de uma semana já voltava. Daí, de certo os outros índio sempre tão me <i>oiando</i>, né? ‘Como ela vai lá e já <i>vorta</i>?’ Até que os outros já vieram pra cá também comigo vender balaio. É a nossa vivência, né? Os balaio...”</p>	<p>Fotos de dona Teresa feitas pela comunidade, com a tela dividida em três na vertical</p> <p>Fotos próprias de artesanato Kaingang , com a tela dividida em três na horizontal</p> <p>Fotos próprias de artesanato Kaingang , com a tela dividida em três na vertical</p>	<p>Legenda da fala</p>	<p>01:16 - 01:45</p>
<p>Dona Teresa: “Ah, mas agora minhas mão não têm mais força pra fazer (risos). Depois de véio a gente não vale mais nada (risos). Mas os balainho pequeno eu faço ainda. Eu tive aprontando uns também pra mim levar amanhã. É a nossa vivência, né? Dos índio... A gente <i>pranta</i> de tudo, mas tem vez que não dá bem, né? Aí a gente se <i>criemo</i> assim, fazendo esse trabalho”.</p>	<p>Imagem de um depósito de cestaria Kaingang na ocupação</p> <p>Imagem de uma peça de artesanato onde se lê a palavra “Kaingang”</p> <p>Imagem de pequenos balaio de cipó produzidos durante as gravações</p> <p>Imagem de artesã ao lado de um balaio de taquara em produção</p>	<p>Legenda da fala</p>	<p>01:46 - 02:09</p>
<p>Canto de guerra Kaingang, com fade in</p>	<p>Imagens da comunidade embarcando em um ônibus no Saco dos Limões com destino à Praia dos Ingleses, carregando consigo o artesanato que iriam</p>	<p>Subtítulo “Parte 1 - O Trabalho” aparece na tela, com plano de fundo vermelho e grafismos do povo Kaingang ao lado</p>	<p>02:10 - 02:53</p>

	vender		
Canto tradicional segue, com os áudios dos vídeos originais mais baixo ao fundo	Imagens do artesanato no ônibus e no terminal onde fizemos baldeação. Chegada à praia	<i>Na primeira imagem onde aparece a praia: “Verão de 2023”</i>	02:54 - 03:00
Fade out no canto tradicional Rodrigo (só voz): “Bora pra mais um dia” Sadraque: “Mais um dia que a gente vai tá no trabalho. Até às seis né, até às cinco... E vamo ver se vai ser... Esperamos que seja boa essa venda aí”	Vídeo do Sadraque ajeitando sua mochila para mais um dia de vendas	Sadraque Lopes, Presidente da Comissão Indígena pela Casa de Passagem Indígena de Florianópolis e neto de dona Teresa Legenda da fala do Sadraque	03:01 - 03:30
Áudio ambiente da praia	Imagens que mostram o Sadraque se locomovendo em meio às barracas de praia, filmadas de ângulos diferentes		03:31 - 03:50
Sadraque: “Olhar não paga nada” Compradora aleatória: “Deixa eu ver. Quanto que tá?” Sadraque: “Esse de um aqui tá 10. Esse aqui de três tá 15”.	Primeira venda do dia sendo efetivada, pouquíssimos minutos após chegarmos à praia. O “de um” e “de dois” ao qual o Sadraque se refere é o número de miçangas de concha de uma pulseira que a moça estava de olho.	Legendas das falas	03:51 - 04:20
Compradora aleatória: “Cê é daqui? Não?” Sadraque: “Eu sou do Rio Grande do Sul. Erechim”. Compradora aleatória: “Ahhh,	Cena segue, filmada de um ângulo diferente (contra-plongée e com um pouco mais de zoom)	Legendas das falas	04:21 - 04:33

<p>Erechim!”</p> <p>Sadraque: “Sou indígena. Kaingang”.</p> <p>Compradora aleatória: “Ah, é? Que legal!”</p>			
<p>Som ambiente da praia</p>	<p>Mulher fazendo o pagamento de uma compra</p>		<p>04:34 - 04:40</p>
<p>Canto de guerra Kaingang, com som ambiente da praia mais baixo ao fundo</p>	<p>Mais um pequeno trecho do Sadraque andando na praia e mais alguns trechos curtos de outras vendas sendo efetivadas (sem diálogo, só pra mostrar como o dia foi rendendo)</p>		<p>04:41 - 05:18</p>
<p>Sadraque: “A meta é bater 300, 400 [reais], né. Mas como a chuva não ajudou hoje, deu pra fazer 100, 150. Já é grande coisa pra mim”.</p> <p>Rodrigo (só áudio): Essa chuva agora você pensa em voltar [para o Tisac] ou vai esperar ela passar?</p> <p>Sadraque: “Eu vou esperar ela dar uma passada. [...] Às vezes dá um sol e o pessoal volta. Daí eu continuo fazendo a minha venda. Mas se o tempo não abrir, daí eu já vou pra casa”.</p>	<p>Imagem original do Sadraque falando, debaixo de uma cobertura que nós achamos para esconder da chuva. Mais pro final da fala dele, entra a imagem de dois parentes que também estavam se escondendo da chuva retomando as vendas</p>	<p>Legendas das falas</p>	<p>05:19 - 05:52</p>
<p>Sadraque (já no Tisac, em outro dia): “Na aldeia tá ficando difícil pros nossos</p>	<p>Vídeo original do Sadraque</p> <p>Em 06:06, entram</p>		<p>05:53 - 07:10</p>

<p>parente. Muitas vezes o filho pede alguma coisa, mas o pai e a mãe não consegue dar porque está ficando difícil. Hoje não existe mais mata, caça foi terminada, rios contaminados. Que nem o professor Ademir diz: tempos atrás, quando eles saíam pra fazer caça, eles levavam seus filhos junto, conseguia aquela caça e convidava todo mundo para aproveitar aquela caça. Hoje, a caça tá na cidade, vendendo seus artesanato. Nossos parente, que vieram vender seus artesanato, eles levaram muita caça pra sua aldeia, pros outros parente aproveitar. Caça o que que é? Uma roupinha melhor que ganha, uma calçadinho melhor que ganha pra levar pro seus filho, pros seus parente. Muitas vezes pra pagar a sua continha no mercado”.</p>	<p>imagens de cobertura: comunidade reunida; matéria-prima do artesanato; crianças brincando; morador preparando carne; fogueira sendo acesa na ocupação; imagens diversas de artesãos durante a produção de artesanato</p>		
<p>Analúcia Hartmann: “Na verdade a gente começou a ter uma demanda muito grande, há cerca de dez anos atrás, quando os indígenas Kaingang que vinham do Oeste de Santa Catarina, e principalmente do Noroeste do Rio Grande do Sul,</p>	<p>Vídeo da procuradora em seu gabinete</p>	<p>Analúcia Hartmann, Procuradora da República (MPF/SC)</p>	<p>07:11 - 07-35</p>

<p>começaram a não poder mais, a não conseguir mais pagar os aluguéis que eles pagavam antigamente na região continental de Florianópolis, e aqui permaneciam durante dois ou três meses vendendo artesanato”.</p>			
<p>Analúcia Hartmann: “Então, aquela sistemática que eles tinham de vir pra cá, de alugar quartos ou casas na região continental, perto das casas onde já viviam outras famílias Kaingang, começou a ser inviável. Pelo preço mesmo, pela valorização do imóvel em Florianópolis. E aí, nós tivemos um primeiro verão em que famílias inteiras ficaram acomodadas...acomodadas é um eufemismo muito grande, né? Mas que famílias inteiras ficaram “hospedadas” debaixo de viadutos de Florianópolis. Uma situação intolerável. Seria intolerável até para os adultos, mas tínhamos crianças, nós tínhamos pessoas idosas lá nessa situação impossível”.</p>	<p>Artesanato sendo vendido no Centro de Florianópolis.</p> <p>Em 07:53, volta para a procuradora. Quando ela fala “acomodadas é um eufemismo muito grande”, em 07:57, a imagem se aproxima mais do rosto dela. Zoom out dez segundos mais tarde, quando ela fala dos viadutos</p>		07:36 - 08: 19

<p>Sadraque: “Em 2015, nós tava de aluguel no bairro Morro da Caixa. [...] E quando aconteceu essa tragédia com o menino Vitor, ele tava na cidade de Imbituba no colo da sua mãe, no outro lado da rodoviária. E quando a mãe estava vendendo seus artesanatos, ela tá na cultura, pra ensinar seu filho, pra não perder sua cultura. É o que essa mãe tava fazendo. E quando a gente tá vendendo nossas artes, quando as pessoas brancas chegam nos nossos filhos para conversar com o menino, a mãe e o pai deixam, pensando que essas pessoas brancas vão presentear o menino ou às vezes abençoar ele com alguma coisa. Com o menino Vitor, quando essa pessoa chegou e passou a mão na cabecinha do guri, quando menos se espera, a pessoa tirou a faca e degolou. Tirou a vida do menino.</p>	<p>Imagem original do vídeo do Sadraque</p> <p>Em 08:43, entra a imagem de uma mãe com um bebê no colo</p> <p>Em 08:50, imagens de balaaios no terminal, com os dizeres “Levante Pela Terra” ao fundo</p> <p>Em 08:57, nova imagem de uma tenda de artesanato Kaingang no Centro de Florianópolis</p> <p>Em 09:10, imagem de uma mulher e uma criança brancas (de costas) interagindo com o artesanato da ocupação</p> <p>Em 09:19, imagem de crianças Kaingang recebendo doações</p> <p>Em 09:25, volta para o Sadraque no terminal - quando ele fala do momento do assassinato, ele passa a mão na própria garganta, como se estivesse a cortando</p>		08:20 - 09:39
Sem áudio	Chamada de matéria do G1 aparece, após pequeno trecho de tela preta. No título, se lê: “Jovem é condenado a		09:40 - 09:52

	<p>19 anos por morte de menino indígena em SC”.</p> <p>Some a primeira chamada e aparecem outras duas, ambas também do G1. A primeira tem o título “Suspeito de matar menino indígena diz à polícia que matou por ‘religião’”. A segunda, “Mãe relata que assassino fez carinho antes de matar menino indígena em SC”.</p>		
<p>Sadraque: “E naquele tempo, eu saí do aluguel e disse: ‘Hoje mesmo eu vou começar essa luta’. E, com certeza, se essa luta sobre a Casa de Passagem já tinha existido aqui no município de Florianópolis quando os guerreiros lutavam, quando a minha vó lutava pedindo a Casa do Índio para ficar pelo menos 30, 60 dias, para depois retornar para sua aldeia, com certeza esse menino não tinha perdido a vida”.</p>	<p>Trecho bem curto da fala do Sadraque, logo em seguida indo para uma imagem dele conduzindo um canto com o restante da comunidade (em especial crianças). No fim da fala, volta para o Sadraque</p>		09:53 - 10:26

<p>Analúcia Hartmann: “O colega Eduardo Barragan ingressou com a primeira Ação Civil Pública contra a Funai, a União, o Município e o Estado, para que fosse dada uma hospedagem digna para essas famílias aqui em Florianópolis. Logo depois eu assumi esse processo, e várias tentativas foram feitas de acordo com os diversos prefeitos que se sucederam, com a Funai...”</p>	<p>Vídeo original da procuradora. Quando ela fala “logo depois eu assumi”, aparecem imagens dela própria caminhando no terminal com a comunidade e outras autoridades</p>		<p>10:27 - 10:50</p>
<p>Topázio Neto: “Cinco aqui e cinco lá?”</p>	<p>Prefeito Topázio conversando com lideranças da comunidade, ao sair do contêiner que abriga parte dos banheiros da ocupação. Os “cinco” a que ele se refere são a quantidade de chuveiros femininos e masculinos do local, mostrando desconhecer a estrutura oferecida por sua própria gestão</p>		<p>10:51 - 10:59</p>
<p>Analúcia Hartmann: “E tentando achar um local. Felizmente, na Justiça Federal, nós já tivemos logo de princípio uma liminar que possibilitou a procura de um imóvel da União, do Estado ou do Município, que pudesse abrigar, mesmo que temporariamente, os indígenas. Foram indicados alguns locais que depois se percebeu</p>	<p>Trecho curto do vídeo original; em seguida entram fotos da comunidade na Justiça Federal, com a tela dividida em três na vertical</p> <p>Em 11:18, entra uma imagem da procuradora conversando com autoridades no terminal</p> <p>No fim da fala, entra a imagem do corte seguinte</p>	<p><i>De 11:18 a 11:25: “7 de dezembro de 2022 - vistoria judicial no Terminal do Saco dos Limões”</i></p>	<p>11:00 - 11:33</p>

<p>que não poderiam ser ocupados. Até algumas escolas no Centro da cidade, e que ali houve resistência muito grande. Locais onde seria muito difícil pra eles ficarem”.</p>			
<p>fade in</p> <p>Topázio Neto: “Agora, eu quero entender o seguinte: como é que a gente vai resolver a situação deles aqui? Eles vão continuar aqui eternamente?”</p> <p>Analúcia Hartmann: “Até que tenha outro espaço, sim...”</p> <p>Topázio Neto, interrompendo a Procuradora: “Mas a gente já ofereceu sete espaços!”</p> <p>Analúcia e outra pessoa (indígena) ao fundo, interrompendo o prefeito: “Não, não não”.</p> <p>Topázio Neto: “Não!?”</p> <p>Analúcia Hartmann: “Na verdade, os espaços que foram oferecidos, eu até fiz uma manifestação espaço por espaço...”</p>	<p>Imagem sem cortes da discussão, com o Topázio em destaque, o juiz Marcelo Krás Borges ao lado dele e moradores ao redor. Ao fundo, é possível ver parte da paisagem cotidiana do terminal (grafismo na parede, artesanatos e lonas). As falas da Procuradora neste trecho são apenas em áudio, pois ela estava de frente para o prefeito</p>	<p>Topázio Neto - Prefeito de Florianópolis</p>	<p>11:34 - 11:50</p>
<p>Analúcia Hartmann, de volta à entrevista: “E, finalmente, apareceu o Tisac, esse terminal que nunca foi utilizado como terminal</p>	<p>Trecho curto do vídeo da Procuradora, seguido de imagens do terminal: plano aberto diagonal; corte do teto; plano geral frontal;</p>		<p>11:51 - 12:15</p>

urbano e que estava lá parado, fechado, há muito tempo. Há muito tempo, desde a década de 90. Ele foi construído e ficou lá, sem utilização pública, apesar de a cessão da União para o Município daquela área nunca ter sido revogada”.	plano detalhe de um balaio		
Canto de guerra Kaingang	Sequência de dois planos mais abertos do Tisac	Subtítulo “Parte 2 - O Terminal” aparece na tela, com plano de fundo vermelho e grafismos do povo Kaingang ao lado	12:16 - 12:36
Sadraque: “Ali passa Xokleng, Pataxó, Guarani, Javaé... E num importa qual estado que passa ali, eles são bem recolhido e ali que sai o sustento das suas famílias”.	Imagem original, gravada durante reunião no Ministério dos Povos Indígenas em Brasília	Brasília, junho de 2023 - Ministério dos Povos Indígenas	12:37 - 12:55
Merong Kamakã (canto, acompanhado de maracá): <i>“Eu uso pintura vermelha Eu uso pintura vermelha É a cor do urucum É a cor do urucum Eu sou guerreiro Eu sou guerreiro Do território Goj Ta Sa Do território Goj Ta Sa E eu moro na beira da praia...”</i>	Kafej, liderança mirim da comunidade, sendo pintada de vermelho pelo seu pai, Sadraque Imagem do Merong cantando com as crianças do Tisac, incluindo a própria Kafej		12:56 - 13:30
Merong Kamakã	Imagem original do	Merong Kamakã,	13:31 - 14:35

<p>(fala): “E, no ano de 2021, eu tava passando pra vender artesanato [...] Quando eu cheguei aqui, a primeira noite eu dormi na mesma praça em que nós tamos, mais pra cima da figueira aqui. E no dia seguinte, eu me encontrei com o Neri e ele me levou lá pra Casa de Passagem, aonde que eu pude ficar, produzir meus artesanatos ali mesmo, que é os cocares que eu faço. E também aonde que eu pude conhecer um pouco mais da cultura do povo Kaingang. Então pra mim a Casa de Passagem não é só uma Casa de Passagem, ela é uma escola. Nós temos grandes mestres dos saberes tradicionais ali, né [...] essa experiência que eu aprendi aqui com o povo Kaingang, eu levo para o meu povo”.</p>	<p>Merong falando em frente à figueira da Praça XV de Novembro, Centro de Florianópolis</p> <p>Quando ele relata que dormiu na praça, entra uma imagem dele com amigos andando pelas redondezas da praça, por dez segundos</p> <p>Em seguida, entram uma série de imagens de uma oficina de cocares ministrada pelo Merong aos parentes Kaingang</p>	<p>indígena Pataxó Hã Hã Hã e cacique da Retomada Kamakã Mongoió (Brumadinho/MG)</p>	
<p>Merong Kamakã (fala): “Eu posso dizer que eu posso ir pra qualquer lugar do mundo, mas eu faço parte aqui dessa grande família que é o Ponto de Cultura e Casa de Passagem Goj Ta Sa. E</p>	<p>Merong falando em frente à figueira, com um sorriso no rosto</p>		14:36 - 14:59

<p>que eu guardo os aconselhamentos que eu recebi dos mais velhos aqui no meu coração pra onde eu for. <i>Awery! Ag my hã!</i> (obrigado nos idiomas Pataxó e Kaingang, respectivamente)”</p>			
<p>Sadraque: “Aqui tamo levando a nossa cultura indígena, tem a produção de nossos artesanato, aqui tem queimas de chás, ervas medicina, a gente a fogueira nossa pra fazer a nossa reza, o nosso cântico, a nossas dança”.</p>	<p>Sadraque falando em frente à sua casa</p>		<p>15:00 - 15:20</p>
<p>Professor Elizandro: “Hoje eu sou professor do Goj Ta Sa, trabalho na escola não-indígena. [...] Nós somos da etnia Kaingang, a gente trabalha muito a nossa língua aqui dentro do Goj Ta Sa, dentro desse espaço. E também as danças culturais, as músicas indígenas que a gente tem, os artesanatos, as confecção de artesanato [...] e estar mostrando para a comunidade, para o povo não-indígena que nós temos o direito de estar ali dentro dessa escola,</p>	<p>Elizandro no terminal; seguido de duas séries de fotografias de celular feitas pela comunidade com a tela dividida em três partes na vertical</p> <p>Quando ele começa a falar sobre o que se aprende na escola, entra um vídeo que ele mesmo fez de um estande que as crianças e adolescentes Kaingang montaram em uma feira de ciências</p> <p>Em seguida, imagem de duas crianças escrevendo nas paredes do terminal e de um menino sendo pintado com os grafismos do</p>	<p>Elizandro de Lima - pedagogo, indígena Kaingang</p>	<p>15:21 - 16:37</p>

<p>de poder estar trabalhando, os alunos poder ter seu ensino de qualidade. E isso tá tendo resultado, mostrando para os alunos e para os pais da comunidade que o povo indígena tá aqui no bairro, na comunidade. Isso tá sendo muito bom”.</p>	<p>povo Kaingang</p> <p>Por fim, uma nova sequência de fotos de celular feitas pelo professor, com a tela dividida em três partes na vertical. Nos últimos cinco segundos, volta para o Elizandro</p>		
<p>Rodrigo (áudio): “Lembra desse dia?”</p>	<p>Menino faz que sim com a cabeça, respondendo à pergunta. Em seguida, encosta o nariz na lente da câmera e se afasta novamente, deixando a lente embaçada</p>	<p>Parte dos registros do documentário foi feita pelas crianças Kaingang da Casa de Passagem</p>	<p>16:38 - 16:51</p>
<p>Menino (áudio): “Como que faz, tio, pra ligar? Aqui?”</p> <p>Rodrigo (áudio): “Tá ligado. Quando tem essa bolinha aqui, ó, é porque tá filmando. Tá vendo?”</p>	<p>Imagem começa com um menino segurando uma câmera, outro o tripé. O tripé é colocado no chão e os meninos trocam a posse da câmera. O áudio de fundo não é desses dois meninos</p>		<p>16:52 - 17:03</p>
<p>Menino (áudio): “Tô gravando!”</p> <p>Gabriel (criança): “Vamo cantar junto nós três, a do tio Sadraque. Vamo cantar a do tio Sadraque mesmo”.</p> <p>Crianças começam a cantar um canto criado pelo Sadraque, onde,</p>	<p>Três meninos conversam sentados em frente à câmera. Quando começam a cantar, entram imagens de cobertura, feitas por eles próprios (algumas por adultos, durante interações com as crianças): Gabriel dançando; filha do Neri carregando a irmã pequena; crianças vendo TV</p>		<p>17:04 - 18:38</p>

<p>dentre várias outros, há o termo <i>Goj Ta Sa</i></p> <p>A partir daí, o áudio se alterna entre conversas e cantos das crianças</p>	<p>Em 17:35, entra a imagem de um menino rindo do resultado de uma foto que ele mesmo fez. A foto é mostrada logo depois.</p> <p>Em seguida, o mesmo menino é gravado de costas enquanto fotografa. Foram três cliques feitos por ele, mostrando um clara evolução no manejo do equipamento da primeira para a terceira. O vídeo é intercalado com esses três registros.</p> <p>Em 18:10, um menino aparece girando com a câmera, fazendo uma série de registros. Utilizando-se do som que de cliques, entra por cima uma sequência de 12 fotos, todas feitas por crianças, que mostram parte da visão que elas têm do terminal</p>		
<p>Analúcia Hartmann: “Logo depois da Páscoa, os indígenas voltavam para suas comunidades. Isso estava sendo tranquilo com os indígenas. Em 2017, essa saída deles acabou sendo aproveitada pelo Estado para retirar, porque era eles que faziam... não, a segurança era feita por</p>	<p>Vídeo original da procuradora</p>		<p>18:39 - 19:07</p>

<p>uma instituição privada que era paga pelo consórcio de mobilidade urbana de Florianópolis. Eles retiraram a vigilância de lá, ou seja, o terreno ficou aberto”.</p>			
<p>Som de chocalho bem baixo ao fundo, durante a fala</p> <p>Luciana Pedroso: “A primeira vez que nós entramos aqui esse terminal era novo, né? Tinha tudo instalado, tudo funcionava. Numa época os índios foram todos pra casa, depois de uma temporada. E o que eles fizeram? Eles falam que foi mandado... Chegaram aí e tacaram fogo em tudo aí. Em tudo, tudo, tudo”.</p> <p>“Tinha uma cozinha comunitária que era pra todo mundo. Lá atrás também tinha um negócio só pra colocar coisa de lavar louça, papel higiênico, tudo...Eles pegaram e tacaram fogo em tudo, dentro dessas casinhas”.</p>	<p>Tela preta, fade in</p> <p>Série de imagens em preto e branco do terminal</p>	<p>Luciana, neta de dona Teresa</p>	<p>19:08 - 20:02</p>
<p>Analúcia Hartmann: “É impressionante, porque se fizeram essa situação para retirar os indígenas de lá, eles acabaram tendo como</p>	<p>Vídeo da procuradora, com zoom quando ela fala “a presença indígena durante o ano inteiro”</p> <p>Em 20:23, entra a</p>		<p>20:03 - 20:30</p>

<p>resultado a presença indígena durante o ano inteiro, porque é a única maneira de manter aquilo para que seja usado como Casa de Passagem no verão. Então, mesmo que sejam poucas famílias indígenas, a gente mantém aquilo na mão da Funai e da comunidade indígena para ser utilizado como Casa de Passagem”.</p>	<p>imagem de um guri sendo pintado no terminal. Em seguida, corta para uma imagem do Sadraque conversando com o juiz Marcelo Krás Borges, também no terminal</p>		
<p>Sadraque Lopes: “A gente vai voltar pra nossa aldeia quando ficar pronta a Casa de Passagem. Se levar 20 anos, 50 anos, vamo ficar aí segurando espaço 20, 50 anos. É isso a nossa luta”.</p> <p>Juiz Marcelo Krás Borges: “Sim”.</p>	<p>Sadraque conversa com o juiz Marcelo Krás Borges em frente à cozinha da ocupação, durante vistoria. Ao fundo, observando a conversa, é possível ver representantes da prefeitura (incluindo o Procurador-geral). Esse trechinho termina com o Sadraque respirando fundo, como quem diz ‘vamos ficar aqui, mas tá complicado’</p>		20:31 - 20:45
<p>Analúcia Hartmann: “E aí, finalmente, a gente assinou um termo de compromisso com a Prefeitura, com o ex-prefeito Gean Loureiro, a partir de uma série de reuniões... Foram centenas de reuniões do tal grupo de trabalho, e em uma delas, em 2018, nós fechamos um Termo de Compromisso com o</p>	<p>Última página do termo de compromisso, contendo as assinaturas</p> <p>Em 20:02, entra uma imagem aérea (Google Earth) com zoom in do terreno da Casa de Passagem. Segundos depois, aparece a planta da Casa no local onde deveria ser construída. Corta para uma imagem frontal do terreno, com a fachada</p>		20:46 - 21:22

<p>Município e com a União, em que a União cederia definitivamente o terreno em que está o Tisac e o terreno ao lado para a construção de uma Casa de Passagem definitiva no terreno ao lado, exatamente do mesmo tamanho do Tisac”</p>	<p>do projeto por cima</p> <p>Em 21:18, selo do projeto que contém assinatura da prefeitura aparece na tela, com o planta ao fundo</p>		
<p>Sadraque: “Fomo convocado numa audiência no Ministério Público com a Funai, Prefeitura, o Estado, a União, Assistência... Aí onde que eu via o juiz, doutor Marcelo, apontava para cada pessoa e dizia: ‘Oê vai cumprir com isso, isso, isso, isso’”.</p>	<p>Sadraque falando em reunião no Ministério dos Povos Indígenas, em Brasília</p>		21:23 - 21:53
<p>Áudio original do vídeo, com o barulho da rua e de quero-queros do lote ao lado</p>	<p>Criança na placa de entrada da ocupação</p>	<p>Subtítulo “Parte 3 - Água Salgada” aparece na tela, com plano de fundo vermelho e grafismos do povo Kaingang ao lado</p>	21:54 - 22:11
<p>Sadraque: “Esse nome indígena que é Goj Ta Sa, porque ele significa água salgada. Goj é água. Sal... significa Goj Ta Sa. Goj Ta Sa é água salgada. Quando a gente tá na nossa aldeia, os meus filhos dizem ‘Pai, quando que a gente vai pro Goj Ta Sa?’ Eles estão dizendo ‘Vamos para o município de Florianópolis, pai?’</p>	<p>Sadraque falando em frente à sua casa</p> <p>Quando ele começa a explicar o nome, em 21:22, entram duas fotos de placa com o nome <i>Goj Ta Sa</i> (no idioma Kaingang, são aceitas as grafias <i>Ty</i> ou <i>Ta</i>, para o termo do meio)</p> <p>Em 22:32, entram imagens do mar e da praia</p>		22:12 - 23:24

<p>Quando que nós vamos lá na praia?’ [...] Pra nós, quando a gente comecemos a ocupar esse espaço, quando a gente fez esse acordo com o Ministério Público e eles cederam esse espaço até ser construída a Casa de Passagem, a gente se reunimo, junto com as liderança, pajé, pra gente achar um nome pra dar pra esse espaço. Pra que o pessoal não venha a dizer antigo terminal. Pra nós não fechava esse nome. A gente sentemo, discutimo, busquemo um nome indígena pra batizar esse espaço. E foi onde a gente encontrou esse nome Goj Ta Sa”.</p>	<p>Volta para o Sadraque, em seguida entra a imagem de uma reunião comunitária</p> <p>A partir de 23:00, uma sequência de dois graffitis da lateral da ocupação: no primeiro, lê-se “Antes de Desterro, Ilha da Magia Floripa também é Terra Indígena!”; o segundo mostra uma imagem de Aílton Krenak, com os dizeres “O Amanhã Não Está À Venda” ao lado.</p> <p>Em 23:08, uma imagem de mulheres Kaingang cortando batatas, encerrando com uma nova imagem de reunião comunitária</p>		
<p>Analúcia Hartmann: “O Município acabou dando para trás, recuando na sua posição. O que nos levou a fazer a execução do termo de compromisso. [...] Até hoje, apesar da multa que está correndo contra o Município, apesar de várias intimações pessoais no ex-prefeito e no atual prefeito, existe ainda uma resistência cada vez que o juiz determina</p>	<p>Vídeo da procuradora até 23:35. Em seguida, quando ela fala da multa, aparece uma imagem do prefeito no terminal, com crianças Kaingang ao lado. Quando a procuradora começa a falar sobre as melhorias, entram imagens (algumas em vídeo, outras em foto) de vários problemas estruturais na ocupação</p>		23:25 - 24:02

<p>que sejam realizadas aquelas obras emergenciais de 2018. Eles vão lá e fazem um pouco, fazem mal feito, fazem de uma forma errada. Claramente pressionando aquela população para sair de lá”.</p>			
<p>Morador, em vídeo gravado por ele próprio: “Olha aí, ó. Os banheiro. A melhoria que a prefeitura fala que foi colocada, a melhoria do espaço. Olha só os banheiro, os chuveiro. Aqui não pode chover que começa a transbordar tudo. Tudo o esgoto dentro dos banheiros. Ó aí, ó”.</p> <p>“Aqui também, que é os artesanato. Os artesanato tão lindo aí, ó. Parentes, apoiadores, pra ver... Pegam tudo a chuva aqui. Dentro das barraca, tudo pegou umidade com esse vento aí. Pra ocês ver, né pessoal, o que que nós tamo passando aqui. Essas treze família, o que estão passando aqui. Sofrendo muitas vezes, barraca tudo molhado por dentro. As criança passando frio, tomando essas chuvarada que tá dando”.</p>	<p>Imagens do interior completamente danificado dos banheiros após uma tempestade. Em seguida, imagens da parte da ocupação usada como depósito, feitas no mesmo dia</p>	<p>Agosto de 2023</p>	<p>24:03 - 25:10</p>
<p>Procurador Ubiraci Farias: “O município vem intervindo,</p>	<p>Vídeo do procurador no gabinete</p>	<p>Ubiraci Farias, procurador-geral do município de</p>	<p>25:11 - 25:36</p>

<p>botando tapumes, alterando a parte de luz... Muitas vezes também há um desgaste natural. Os indígenas também acabam, muitas vezes, não dando a manutenção correta. E por isso a necessidade de fazer um equipamento que resolva e que não tenha mais esses problemas”.</p>		<p>Florianópolis</p>	
<p>Sadraque: “Em janeiro, quando nós entremo no ano passado, a gente enfrentamo polícia, guarda municipal. Sendo ameaçado com spray de pimenta, muitas vezes assustando essas crianças que estão aqui, dizendo que não iam aceitar os povos indígenas nesse lugar”.</p>	<p>Sadraque falando no terminal</p>		<p>25:37 - 25:56</p>
<p>Ubiraci Farias: “O período pandêmico foi um período muito complicado na vida de Florianópolis. Nós paramos tudo, acabamos fechando, e não queríamos que ninguém acabasse vindo para Florianópolis. Nós fechamos o aeroporto, os ônibus. E a gente entendeu naquele momento que não podia turista nenhum vir para cá. Se não podia nem as pessoas irem no mercado ou isso, o ideal seria que</p>	<p>Procurador falando em seu gabinete até 26:07. A partir daí, entram três fotografias do acontecimento relatado</p>	<p>Quando entrarem as fotos: Verão de 2021 Fotos: Isadora Camargo/Jornal A Verdade</p>	<p>25:57 - 26:30</p>

as pessoas não viessem para cá”.			
Analúcia Hartmann: “Um equívoco bem ensaiado, em que a Guarda Municipal foi lá. Eu me lembro que me telefonaram e eu disse: ‘Não, eles não podem fazer isso’.	Vídeo original		26:31 - 26:40
Sadraque: “A luta dos povos indígenas é assim, de um dia pra outro. Antigamente, no tempo dos nossos vô, antepassados, eles iam pra luta. Mas quando eles faziam aquela luta, se não desse certo, eles iam continuando. Eles era guerreiro, e hoje nós estamos aí sendo guerreiro. Mas não arredar o pé”.	Vídeo original		26:41 - 27:08
Analúcia Hartmann: “O prefeito Topázio, infelizmente, parece que está muito imbuído, convencido de que eles têm que sair de lá. E convencido também que não deve construir a Casa definitiva ao lado. É uma pena [...]”	Vídeo original		27:09 - 27:24
Rodrigo (áudio): “Pra deixar um pergunta definitiva: Quando teremos, enfim, a Casa de Passagem Indígena de Florianópolis?” Procurador Ubiraci:	Imagem lateral do procurador	Entrevista realizada em 18 de setembro de 2023	27:25 - 27:45

<p>“Então, gente... A situação definitiva da Casa, ela passa ainda por uma situação que nós estamos acabando de concluir, que é a regulamentação do Plano Diretor. Eu acho que em 30, 60 dias deve ser regulamentado”.</p>			
<p>Procurador Ubiraci: “Mas eu acredito sim que há uma boa vontade do prefeito e dessa Procuradoria de resolver esse problema dos indígenas DEFINITIVAMENTE até o verão de 2025”.</p>	<p>Imagem frontal do procurador</p>		<p>27:46 - 27:55</p>
<p>Ubiraci Farias: “Toda hora é sempre uma ação contra o Município, ação contra o Município. E essa é uma ação que é importante a gente resolver, são pessoas. E pode ter certeza que nós vamos... Eu não sairei dessa Procuradoria sem resolver essa situação. Tu tens a minha palavra de honra, pode gravar isso”</p> <p>Rodrigo (áudio): “Perfeito”.</p> <p>Jucelino (áudio): “Tá gravado”.</p>	<p>Imagem frontal do procurador, com fade out quando ele fala “pode gravar isso”</p>		<p>27:56 - 28:14</p>
<p>Mesmo áudio do item acima, em volume mais baixo</p>	<p>Tela preta, indo para um print de matéria do Notícias do Dia (ND) informando sobre o pedido de demissão do</p>	<p>Três semanas depois</p>	<p>28:15 - 28:34</p>

	procurador-geral, três semanas após a entrevista que ele concedeu para o documentário. No título, “Procurador-geral de Florianópolis pede demissão: ‘A vida é curta, preciso aproveitar’”.		
Analúcia Hartmann: “A Justiça bem recentemente já definiu que existe um problema sério de descumprimento do Termo de Compromisso no fato que a Prefeitura não enviou essa mudança de zoneamento agora no processo de revisão do Plano Diretor para a Câmara de Vereadores. Ou seja, faltou com aquele compromisso que tá previsto lá no Termo de Compromisso de 2018”.	Vídeo original		28:35 - 28:58
Sadraque: “Olha, a gente... Hoje, nós não sabemos quando vai sair essa Casa de Passagem. Mas, cada vez mais, a nossa energia está sendo dobrado. Cada vez que demora mais essa Casa de Passagem, a gente coloca mais força, mais coragem, com todas as energias que um dia a gente vai encontrar essa Casa de Passagem”.	Vídeo original		28:59 - 29:30
Canto tradicional	Tela preta, fade in em	Na última tela preta:	29:31 - 30:52

Kaingang	<p>imagem do Sadraque puxando um canto com as crianças da Casa de Passagem. Em seguida, entram dois outros cortes desse mesmo canto, sendo o último gravado em contra-plongée. Todas essas imagens foram registradas com uma lente olho de peixe (180°).</p> <p>Fade out nas imagens, tela preta</p>	#CasaDePassagemIndígenaJá	
----------	--	---------------------------	--

ANEXO A - Ficha do TCC

FICHA DO TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – JORNALISMO UFSC		
ANO	2023	
ALUNO (A)	Rodrigo Barbosa Perez Pedrosa	
TÍTULO	Goj Ta Sa: histórias de um ex-terminal	
ORIENTADOR (A)	Stefanie Carlan da Silveira	
MÍDIA	<input type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
CATEGORIA	<input checked="" type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
	<input type="checkbox"/> Pesquisa Científica (monografia)	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional (manuais, guias...)	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa) (seja empresarial, comunitária etc.)	
	<input checked="" type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input type="checkbox"/> Reportagem para site livro-reportagem () se sim	() Florianópolis () Brasil (X) SC () Internacional () Região Sul País: _____
	ÁREAS	Direitos Humanos; Povos Indígenas
RESUMO	<p>Este relatório descreve o processo de produção e criação do videodocumentário <i>Goj Ta Sa: histórias de um ex-terminal</i>, realizado como produto para conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. O produto relata o cotidiano de uma comunidade do povo indígena Kaingang, que ocupa um terminal rodoviário abandonado em Florianópolis desde o verão de 2016, em condições precárias. Ocupar o espaço foi a maneira encontrada pelos indígenas para reivindicar a construção de um local definitivo para os indígenas que vêm à cidade toda temporada de verão para comercializar artesanatos. A Casa de Passagem Indígena de Florianópolis ficaria ao lado da atual ocupação e teve sua construção determinada pela Justiça em setembro de 2017. Mesmo assim, a Prefeitura de Florianópolis nunca iniciou a obra. Com 30 minutos de duração, o documentário relembra, a partir dos relatos da comunidade Kaingang, os principais acontecimentos desde a ocupação do Terminal de Integração do Saco dos Limões (Tisac) até o verão de 2023, bem como retrata parte da rotina do terminal, radicalmente contrastante à realidade vivida por seus moradores na aldeia.</p>	

ANEXO B - Declaração de autoria e originalidade

Eu, Rodrigo Barbosa Perez Pedrosa, aluno regularmente matriculado no curso de Jornalismo da UFSC (JOR/CCE/UFSC) matrícula 18102781 declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Goj Ta Sa: histórias de um ex-terminal” é de MINHA AUTORIA e NÃO CONTÉM PLÁGIO.

Estou CIENTE de que em casos de trabalhos autorais em que houver suspeita de plágio será atribuída a nota 0,0 (zero) e que, adicionalmente, conforme orientação da Ouvidoria e da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), “em caso de suspeita ou verificação de plágio, o professor deverá notificar o Departamento no qual está lotado para as providências cabíveis”.

Autorizo a publicação do TCC no Repositório Digital da UFSC.

Florianópolis, 14 de novembro de 2023

Rodrigo Barbosa Perez Pedrosa